



HOMOLOGAÇÃO			
D.M.	30/12/02		
D.O.U.	31/12/02	Seção	1 P. 44
ATO:	PM 3950	30/12/02	
D.O.U.	31/12/02	Seção	1 P. 31

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO

INTERESSADO: Comunidade Evangélica Luterana São Paulo		UF: RO.
ASSUNTO: Credenciamento do Centro Universitário Luterano de Ji-Paraná, por transformação do Instituto Luterano de Ensino Superior de Ji-Paraná, com sede na cidade de Ji-Paraná, no Estado de Rondônia		
RELATOR(A): Teresa Roserley Neubauer da Silva		
PROCESSO(S) N.º(S): 23000.004419/99-40		
PARECER N.º: CNE/CES 448/2002	COLEGIADO: CES	APROVADO EM: 18/12/2002

I - RELATÓRIO

O presente parecer trata do pedido de credenciamento do Centro Universitário Luterano de Ji-Paraná, por transformação do Instituto Luterano Superior de Ji-Paraná, com sede na cidade de Ji-Paraná, no Estado de Rondônia, mantido pela Comunidade Evangélica Luterana São Paulo, com sede na cidade de Canoas, no Estado do Rio Grande do Sul.

O Relatório SESu/COSUP 061/2002 encaminhado a este Conselho no início deste ano apóia-se na visita e avaliação feita pela Comissão de Credenciamento em 16 de maio de 2000 e nos resultados obtidos no Provão pelos cursos do Instituto nos anos de 1999, 2000 e 2001.

Em maio de 2000, a Comissão atribuiu o conceito 3 em seis dos oito itens avaliados, recomendou implementações em alguns itens específicos e deu parecer favorável à transformação do Instituto Luterano de Ensino Superior de Ji-Paraná em Centro Universitário ressaltando que "a IES é pioneira na região e sua atuação contribuirá decisivamente para o desenvolvimento daquela área geográfica".

Entretanto, em seu relatório de fevereiro de 2002, a SESu toma como base as notas do Provão dos cursos da Instituição nos anos de 1999 a 2001 (um B; cinco C; e dois D) e recusa o credenciamento pleiteado.

Decorridos 30 meses da visita da Comissão de Credenciamento, o Conselheiro Lauro Zimmer e esta Relatora julgaram apropriado examinar o seu novo PDI, bem como visitar o Instituto Luterano Superior de Ji-Paraná, com o objetivo de verificar "in loco" as condições das instalações, formação de docentes e cursos propostos pela Instituição para os próximos anos.

Constatamos que o Instituto vem implementando os pontos apontados pela Comissão de Credenciamento, e investindo no desenvolvimento de atividades de extensão e pesquisa e de formação de seus profissionais, inclusive tendo obtido recentemente da CAPES autorização para o funcionamento de curso de pós-graduação em Agronomia, o que certamente trará benefícios adicionais para o desenvolvimento do Estado.

Pareceu-nos, portanto, durante a visita, que a instituição apresenta as condições necessárias para ser credenciada como Centro Universitário . A seguir, alguns pontos serão detalhados para maior entendimento do julgamento emitido pelos conselheiros.

O número de alunos matriculados na Instituição vem crescendo de forma significativa, o que mostra a importância e o impacto da mesma na Região.

CURSO	MATRÍCULA SEMESTRAL														
	95/1	95/2	96/1	96/2	97/1	97/2	98/1	98/2	99/1	99/2	00/1	00/2	01/1	01/2	02/1
Administração	137	151	179	186	174	199	221	252	296	299	291	301	331	389	405
Agronomia	-	-	45	71	44	37	53	65	103	128	152	146	163	177	204
Ciências Contábeis	64	46	102	72	85	65	89	64	134	100	150	127	177	157	236
Direito (noturno)	366	374	401	417	429	474	476	467	518	522	546	523	1000	1099	1111
Direito (vespertino)	136	149	201	218	203	270	301	338	396	418	400	389			
Informática	-	-	50	106	111	134	153	175	216	224	228	223	230	239	242
Pedagogia	36	11	-	02	60	43	108	109	176	173	247	217	254	225	255
TOTAL	739	731	978	1072	1106	1222	1401	1470	1839	1864	2014	1926	2155	2286	2453

A Instituição, porém, tem cuidado para que esse crescimento ocorra sem sucateamento do ensino ofertado. Para tanto, tem providenciado as devidas melhorias tanto do equipamento físico como da capacitação e aperfeiçoamento do seu quadro de pessoal.

Entre as várias medidas voltadas à melhoria do espaço didático-pedagógico é possível constatar que a Instituição tem mantido um número máximo de alunos por turma que tem variado entre 40 e 60 dependendo do curso e do período escolar. Nos laboratórios as turmas são bem menores com uma relação entre 20 a 25 alunos por turma. Os laboratórios encontram-se adequadamente equipados e instalados. Os 21 laboratórios existentes, entre os quais cabe destacar o de Fitosanidade, o laboratório de Pedagogia, o de Análise de Sementes, o de Empresa Júnior de Administração e um laboratório de Criminologia, atendem alunos e professores dos seis cursos de graduação e pós-graduação nas diferentes áreas com nível satisfatório de utilização de informática e acesso à internet.

A Instituição conta também com uma biblioteca com 61.539 exemplares e 9470 periódicos. As redes de informação da mesma foram ampliadas e o acervo encontra-se informatizado.

As instalações do curso de Direito contam com fórum e cartório modelos, além de um juizado especial que atende a comunidade.

Entre as ações ligadas ao desenvolvimento do corpo docente, destaca-se a de titulação e regime de trabalho do mesmo. O quadro abaixo refere-se ao projeto enviado ao MEC em 1999, no qual 25,74% dos docentes possuía titulação de mestre e doutor.

Titulação e regime de trabalho do corpo docente em 1999

TÍTULO	QUANT		40 h/a		30 h/a		20 h/a		HORISTAS	
		%	QUANT	%	QUANT	%	QUANT	%	QUANT	%
DOUTOR	1	1	-	-	-	-	-	-	01	0.99
MESTRE	25	25	14	13.86	03	2.97	04	3.96	04	3.96
ESPECIALISTA	68	67	24	23.76	15	14.85	17	16.83	12	11.88
GRADUADO	7	7	01	0.99	-	-	-	-	06	5.94
TOTAL	101	100	39	38.61	18	17.82	21	20.79	23	22.77

Com o propósito de cumprir as metas de titulação propostas no PDI, a situação atual em 2002 evoluiu para 32,14% dos docentes com título de mestre ou doutor, conforme tabela abaixo.

Titulação e regime de trabalho do corpo docente em 2002

TITULAÇÃO	REGIME DE TRABALHO						TOTAL	
	Integral		Parcial		Horista			
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Doutor	0	0	03	75,00	01	25,00	04	4,76
Mestre	11	47,83	12	52,17	0	0	23	27,38
Especialista	14	25,93	22	40,74	18	33,33	54	64,29
Graduado	0	0	0	0	03	100	03	3,57
TOTAL	25	29,76	37	44,05	22	26,19	84	100

A previsão de titulação e regime de trabalho para o corpo docente entre 2004 e 2006 é bastante satisfatória. Vejamos alguns exemplos:

Ano 2004

ANO 2004								
TITULAÇÃO	REGIME DE TRABALHO						TOTAL	
	Integral		Parcial		Horista			
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Doutor	4	66,67	2	33,33	0	0,0	6	5,0
Mestre	33	75,0	11	25,0	-	-	44	36,67
Especialista	8	11,76	35	51,47	25	36,77	68	56,67
Graduado	0	0	0	0	2	100	2	1,66
TOTAL	45	37,5	48	40,0	27	22,5	120	100

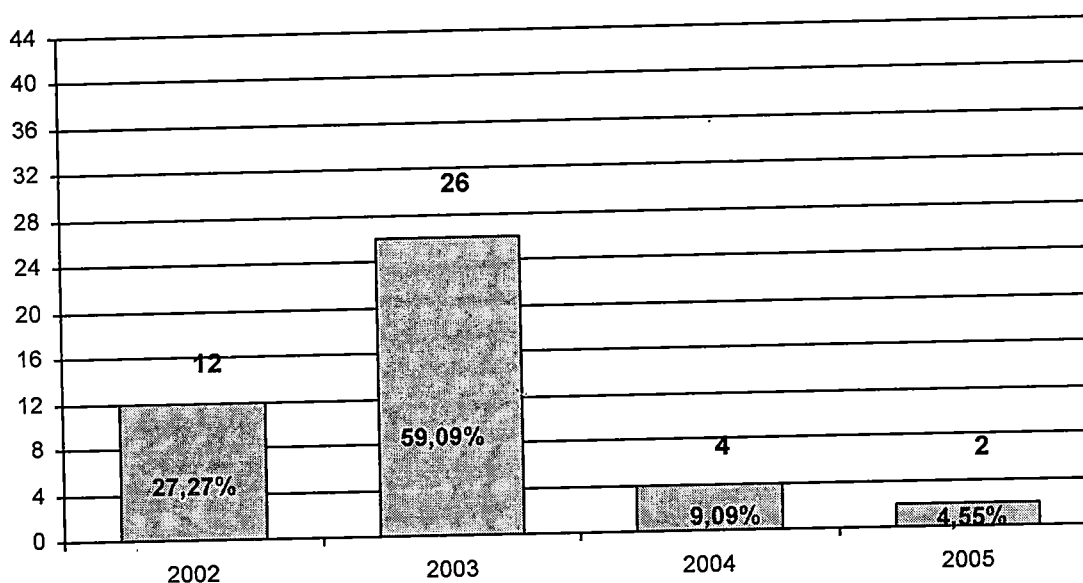
Ano 2006

TITULAÇÃO	REGIME DE TRABALHO						TOTAL	
	Integral		Parcial		Horista			
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Doutor	8	57,14	6	42,86	0	0,0	14	8,05
Mestre	52	76,48	10	14,70	6	8,82	68	39,08
Especialista	12	13,04	49	53,26	31	33,70	92	52,87
Graduado	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL	72	41,38	65	37,36	37	21,26	174	100

H: Horista (docentes contratados pela Instituição exclusivamente para ministrar horas-aula, independente da carga horária contratada); **TP** Tempo Parcial (docentes contratados entre 20 a 39 horas semanais de trabalho na mesma Instituição, com 70% em sala de aula e 30% em outras atividades); **TI:** Tempo Integral (docentes contratados com 40 ou mais horas semanais de trabalho na mesma Instituição, nelas reservado tempo para estudos, planejamento e avaliação ou pesquisa, trabalhos de extensão, gestão, orientação didática – 50% em sala de aula e 50% em outras atividades).

Embora a evolução proposta para a titulação do corpo docente, entre 2003 e 2006, possa inicialmente parecer ambiciosa ela mostra-se factível quando se leva em conta o forte programa de titulação e capacitação de docentes que vem sendo encampado pela Instituição (conforme quadro abaixo), bem como a grande quantidade de publicações dos docentes ocorridas nos últimos dois anos, tanto no âmbito da IES como de outras instituições (cerca de 370 publicações, entre artigos, monografias, trabalhos publicados e apresentados em congressos, etc).

Previsão de conclusão de cursos (Mestrado e Doutorado) dos docentes em processo de qualificação 2002-2006



Do total de 84 docentes existentes na Instituição, 44 deles, ou seja, 52,38% encontram-se em processo de qualificação para obtenção de mestrado e majoritariamente de doutorado.

De igual modo, as atividades acadêmicas têm buscado propiciar uma distribuição da jornada docente que possibilite e amplie uma maior participação em atividades de capacitação (que já evoluiu de 2,80 para 3,34% e deverá atingir 5,50%), atendimento aos alunos e atividades de pesquisa e iniciação científica.

Evolução das atividades acadêmicas

ANO	ATIVIDADES						
	AG	AP	AA	AE	AP	CA	AD
Atual	75.77	2.80	3.40	0.51	8.57	2.80	6.15

2002	74.17	3.26	3.58	0.50	8.87	3.34	6.28
2003	72.56	3.72	3.76	0.60	9.07	3.88	6.41
2004	70.85	4.18	3.94	0.70	9.37	4.42	6.54
2005	69.09	4.64	4.12	0.85	9.67	4.96	6.67
2006	67.30	5.10	4.30	1.00	10.00	5.50	6.80

AG é o percentual de horas semanais em aulas da graduação; AP é o percentual de horas semanais em aulas da pós-graduação; AA é o percentual de horas semanais em atendimento aos alunos, inclusive as horas de orientação à monitoria; AE é o percentual de horas semanais no desenvolvimento de projetos de extensão, assessorias a escritórios modelo e empresas júnior, oficinas, seminários, congressos e outras; AP é o percentual de horas semanais em atividades de pesquisa e orientação de programas de iniciação científica; CA é o percentual de horas semanais destinadas à participação em programas de capacitação e educação continuada e para a elaboração de monografias, dissertações ou teses; AD é o percentual de horas semanais dedicadas a atividades administrativas, participação em conselhos etc.

Os últimos resultados do Provão (2002) foram também examinados, apresentando um B; dois C e dois D. Quando agregados aos resultados dos dois anos anteriores, a Instituição apresenta cerca de 70% de conceitos B e C na sua avaliação de rendimento escolar.

II – VOTO DA RELATORA

À vista do exposto, voto favoravelmente ao pedido de credenciamento, pelo prazo 3 (três) anos, do Centro Universitário Luterano de Ji-Paraná, por transformação do Instituto Luterano Superior de Ji-Paraná, com sede na cidade de Ji-Paraná, no Estado de Rondônia, mantido pela Comunidade Evangélica Luterana São Paulo, com sede na cidade de Canoas, no Estado do Rio Grande do Sul, aprovando neste ato o seu Estatuto e Plano de Desenvolvimento Institucional.

Brasília(DF), 18 de dezembro de 2002.



Conselheira Teresa Roserley Neubauer da Silva – Relatora

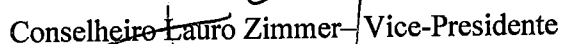
III – DECISÃO DA CÂMARA

A Câmara de Educação Superior aprova o voto da relatora com voto contrário do Conselheiro Jacques Schwartzman.

Salã das Sessões, em 18 de dezembro de 2002.



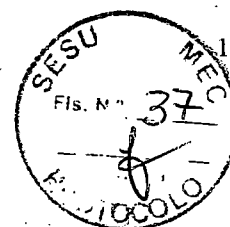
Conselheiro Arthur Roquete de Macedo – Presidente



Conselheiro Lauro Zimmer – Vice-Presidente

448/2002

Rose



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR
DEPARTAMENTO DE POLÍTICA DO ENSINO SUPERIOR
COORDENAÇÃO GERAL DE SUPERVISÃO DO ENSINO SUPERIOR**

RELATÓRIO SESu/COSUP N° 061/2002

Processo n° : 23000.004419/99-40
Interessada : COMUNIDADE EVANGÉLICA LUTERANA SÃO PAULO
CNPJ : 88.332.580/0001-65
Assunto : Credenciamento do Centro Universitário Luterano de Ji-Paraná, por transformação do Instituto Luterano de Ensino Superior de Ji-Paraná, com sede na cidade de Ji-Paraná, no Estado de Rondônia.

I - HISTÓRICO

A Comunidade Evangélica Luterana São Paulo, sediada na cidade de Canoas, no Estado do Rio Grande do Sul, solicitou a este Ministério, em 20 de abril de 1999, com base no Decreto n° 2.306/97, então em vigor, e na Portaria MEC n° 639/97, o credenciamento do Centro Universitário Luterano de Ji-Paraná, por transformação do Instituto Luterano de Ensino Superior de Ji-Paraná, com sede na cidade de Ji-Paraná, no Estado de Rondônia.

Com a finalidade de constatar a exatidão das informações prestadas e verificar as condições de funcionamento da Instituição, com vistas ao credenciamento pleiteado, a SESu/MEC designou Comissão de Credenciamento, pela Portaria n° 2.945, de 20 de dezembro de 1999, constituída pelos professores Renato Carlson, da Universidade Federal de Santa Catarina, e Nelson Cardoso Amaral, da Universidade Federal de Goiás. O prazo concedido pela Portaria referida foi prorrogado pela Portaria n° 687, de 27 de março de 2000.

Os trabalhos de verificação ocorreram nos dias 27 e 28 de março, ocasião em que a Comissão solicitou à Instituição a complementação do Plano de Desenvolvimento Institucional. A Comissão voltou a se reunir em 16 de maio de 2000, quando foi elaborado o relatório de avaliação, com Parecer favorável ao credenciamento pleiteado.

Em decorrência da aplicação da Portaria MEC n° 755/99, o curso de Direito ministrado pela IES foi avaliado, com vistas à renovação de reconhecimento, conforme consta do processo n° 23000.009125/99-96, ainda em tramitação. Tendo em vista divergência quanto ao número das vagas iniciais e as existentes por ocasião da visita da Comissão de Avaliação, foram exaradas naquele processo as Diligências CES/CNE n°s 47/99 e 1.337/2001. Como consequência, a tramitação do presente processo foi sustada, até a obtenção dos esclarecimentos solicitados pela CES/CNE.

SP



II - MÉRITO

Com base nos dados constantes do processo e, em especial, no relatório da Comissão de Credenciamento, esta Secretaria, nos termos do artigo 9º da Portaria Ministerial nº 639/97 e artigo 3º da Portaria Ministerial nº 2.041/97, apresenta, nas informações que se seguem, subsídios para a análise da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação.

1. PRÉ - CONDIÇÕES

Da Mantenedora

A Comunidade Evangélica Luterana São Paulo é uma sociedade civil sem fins lucrativos, com sede e foro na cidade de Canoas, no Estado do Rio Grande do Sul, e seu estatuto acha-se registrado no Cartório de Registro de Títulos e Documentos e Registro Civil das Pessoas Jurídicas daquela comarca, no livro A-6, às fls. 83, sob o nº 878.

A entidade mantenedora é uma instituição confessional, ligada à Igreja Evangélica Luterana do Brasil. Iniciou suas atividades na educação básica em 1911, com o propósito de suprir as necessidades de seus afiliados. Em 1972, foi criada a Faculdade de Administração e, em 1974, autorizado o funcionamento das Faculdades Canoenses. No ano de 1988, pelo Decreto nº 95.623, foi criada a Universidade Luterana do Brasil, a partir das Faculdades Canoenses, pela via de autorização, posteriormente reconhecida pela Portaria Ministerial nº 681, de 07 de dezembro de 1989, com base no Parecer CFE nº 1.031/89.

Em atos posteriores a seu reconhecimento, a Universidade Luterana do Brasil implantou os *campi* do Estado do Rio Grande do Sul, outros em Ji-Paraná/RO, Manaus/AM, Santarém/PA e Palmas/TO e iniciou o oferecimento de cursos de graduação fora de sede nesses *campi*, com base no Parecer nº 1.031/89. O MEC e o Conselho Federal de Educação (Pareceres 440/92 e 37/93) contestaram a interpretação dada pela Instituição ao Parecer nº 1.031/89, de seu reconhecimento, considerando irregulares esses cursos.

Contra os atos administrativos substanciados nos Pareceres CFE 440/92 e 37/93, a Universidade Luterana do Brasil ajuizou, perante a Justiça Federal, Ação Cautelar Inominada, com pedido de liminar, para que se determinasse a suspensão de sua execução e que se ordenasse à União que não impedisse o perfeito funcionamento de seus cursos. Entretanto, a partir da contestação da União e prova documental levada aos autos, o pedido cautelar foi julgado improcedente, deixando a medida liminar, anteriormente concedida, de produzir seus efeitos.

Com a edição da Portaria Ministerial 838/93, que dispõe sobre a implantação de cursos fora de sede por Universidade reconhecida, vigente à época, a Universidade Luterana do Brasil - ULBRA encaminhou relatório nos

termos da Portaria citada, no qual justificou a criação dos diversos *campi* e informou detalhadamente sobre o funcionamento de cada curso oferecido.

Decorridos quase dois anos, foi designada Comissão para avaliar o funcionamento dos cursos fora de sede da ULBRA, pela Portaria nº 238, de 07 de julho de 1995. Com base no relatório apresentado, a Comissão Especial emitiu o Parecer 297/95, com voto lavrado nos seguintes termos:

“Diante do exposto e de todos os dados constantes do Relatório da Comissão Especial designada pela SESu/MEC, esta Comissão é de parecer que deva ser determinado à ULBRA que efetue as alterações em seu Estatuto e em seu Regimento Geral, no sentido de que:

- a) sejam consideradas como unidades integrantes da ULBRA, além da sede em Canoas, as Unidades de Guaíba, Gravataí, São Jerônimo e Torres, todas no Estado do Rio Grande do Sul;
- b) sejam transformadas em unidades educacionais independentes, com Regimento próprio, as Unidades de Ji-Paraná/RO, Manaus/AM, Santarém/PA e Palmas/TO, podendo as mesmas serem mantidas pela Comunidade Evangélica Luterana do Brasil São Paulo, mas desvinculadas da Universidade Luterana do Brasil.

As novas peças estatutárias e regimentais deverão ser aprovadas por esta Comissão Especial.

A documentação apresentada no presente processo comprova a regularidade parafiscal da Mantenedora, que, de acordo com a Comissão de Credenciamento, se estende à situação patrimonial, contábil e fiscal.

Do Instituto Luterano de Ensino Superior de Ji-Paraná

O Instituto Luterano de Ensino Superior de Ji-Paraná originou-se da transformação da Unidade de Ensino do *campus* de Ji-Paraná, da Universidade Luterana do Brasil, sediada na cidade de Canoas, no Estado do Rio Grande do Sul, em unidade de ensino independente, mantida pela Comunidade Evangélica Luterana São Paulo, nos termos da Portaria Ministerial nº 83, de 29 de janeiro de 1996, com base no Parecer da Comissão Especial, de nº 33/96.

Os seis cursos oferecidos são reconhecidos pelo MEC e a Instituição não teve negado pedido de reconhecimento nos últimos cinco anos. Os resultados das avaliações realizadas recentemente, especificadas no presente relatório, de acordo com a Comissão, indicam o atendimento do pré-requisito contido no Parecer CES/CNE nº 618/99.

O corpo docente é constituído por 93% de doutores, mestres ou especialistas, sendo que 25,74% são integrados por mestres e doutores. Desses, há apenas um professor com o título de doutor, contratado como horista. Quanto ao regime de trabalho do corpo docente, 77,2% atuam em tempo contínuo e 37,6% do total são contratados em regime de tempo integral. Entre os professores em regime de tempo integral, 13,86% possuem o título de mestre ou doutor. A análise do corpo docente indica que 27,7% dos professores têm, pelo

SK

menos, metade da sua jornada de trabalho dedicada a atividades extra-classe. Há previsão de tempo remunerado para atendimento dos alunos.

Do Centro Universitário

O Estatuto da Mantenedora delega à Universidade Luterana do Brasil, sua mantida, a responsabilidade pela administração das unidades prestadoras de serviço. O Estatuto proposto para o Centro Universitário prevê no seu artigo 7º:

O Centro Universitário goza de autonomia didático-científico-administrativa, de gestão financeira e patrimonial e disciplinar nos termos do presente Estatuto, do Estatuto da Mantenedora e da legislação pertinente.

A administração superior do Centro Universitário será exercida por um Conselho Superior e por um Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. O Diretor Geral será designado pela Mantenedora, presidirá o Conselho Superior e o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão e superintenderá todas as atividades do Centro Universitário.

O Diretor Acadêmico será designado pelo Diretor Geral a partir de uma lista tríplice, elaborada pelo Conselho Superior, e terá a designação homologada pela Mantenedora.

Os corpos docente e discente têm assegurada, pelo Estatuto, sua participação nos órgãos colegiados da Instituição.

A Instituição apresentou Plano de Desenvolvimento Institucional que configura seu dimensionamento para os próximos cinco anos.

A Instituição vem implantando um sistema de Avaliação Institucional.

A Comissão de Credenciamento considerou que a Instituição atende as pré-condições estabelecidas.

2. ENSINO

2.1 CURSOS DE GRADUAÇÃO

O Parecer CE nº 33/96 aprovou o Regimento Unificado do Instituto Luterano de Ensino Superior de Ji-Paraná, relacionando os seguintes cursos:

Cursos	Ato de autorização	Ato de reconhecimento	Vagas anuais	
			Ato de Rec.	Atuais
Pedagogia	Dec. nº 97.433/	Port. MEC nº 104/96	50	63
Ciências Contábeis	Dec. nº 97.433/	Port. MEC nº 105/96	50	63
Administração	Par. CFE 1.031/89	Port. MEC nº 106/96	100	126
Direito	Par. CFE 1.031/89	Port. MEC nº 107/96	50	250
Informática	Res. CONSUN 143/95	Port. MEC nº 1.066/99	80	100
Agronomia	Dec. nº 97.433/	Port. MEC nº 1.725/99	100	100

Resoluções do Conselho Universitário da Universidade Luterana do Brasil



Os cursos ministrados pelo Instituto obtiveram os resultados a seguir, no Exame Nacional de Cursos:

CURSOS	ANOS					
	1996	1997	1998	1999	2000	2001
Administração	E	D	B	C	B	D
Pedagogia	-	-	-	-	-	C
Agronomia	-	-	-	-	-	C
Direito	D	D	D	C	C	D

O curso de Direito, em decorrência da aplicação da Portaria MEC nº 755/99, foi avaliado por Comissão de Avaliação, conforme consta do processo nº 23000.009125/99-96, com os conceitos: Corpo Docente – CR; Organização didático-pedagógica – CB e Infra-estrutura – CMB. O Parecer CES/CNE nº 1.337/2001, favorável à renovação de reconhecimento do curso de Direito, pelo prazo de dois anos, foi encaminhado à homologação ministerial.

Cabe ressaltar que a tramitação do presente processo foi interrompida, para cumprimento das Diligências CES/CNE nº 47/99 e 96/2001, exaradas no processo nº 23000.009125/99-96, de renovação de reconhecimento do curso de Direito, para esclarecimentos quanto à divergência do número de vagas do curso.

A última avaliação do curso de Ciências Contábeis ocorreu em 1996, ano em que o curso foi reconhecido.

A evolução do alunado encontra-se representada no quadro a seguir:

CURSOS	1998					1999					2000/1º sem				
	V	C	C/V	M	MT	V	C	C/V	M	MT	V	C	C/V	M	MT
Pedagogia	63	106	1,68	63	217	63	171	2,71	63	351	63	87	1,38	63	247
Ciências Contábeis	63	30	0,47	35	153	63	48	0,76	63	235	63	56	0,89	63	150
Administração	126	138	1,09	126	473	126	259	2,05	126	600	63	109	1,73	63	291
Direito: noturno diurno	126	629	4,99	124	943	126	632	5,01	126	1047	63	231	3,67	63	541
	124	356	2,87	126	639	124	428	3,45	124	814	62	151	2,43	62	406
Informática	100	152	1,52	98	328	100	145	1,45	100	452	40	85	2,12	40	228
Agronomia	100	47	0,47	54	118	100	116	1,16	100	231	50	80	1,60	50	152

V – nº de vagas; C – Nº de candidatos inscritos; M – nº de matrículas iniciais; MT – nº de matriculados no curso

A Comissão de Credenciamento informou que o processo seletivo para os cursos é realizado semestralmente. São considerados como pontos de referência para a inovação curricular: projeto pedagógico institucional, revitalização do ementário, seleção dos conteúdos das disciplinas, redistribuição de carga horária, implementação de estágios e dos trabalhos de conclusão, e verticalização e horizontalização das áreas de conhecimento.

A prática profissional é desenvolvida mediante estágios obrigatórios, atividades do Núcleo de Prática Jurídica e atividades de extensão.

A Comissão de Credenciamento considerou que a qualidade dos atuais cursos de graduação, apesar de um processo de avaliação incipiente,

permite concluir que existe viabilidade de implantação dos novos cursos propostos, devido à coerência de seus projetos pedagógicos.

2.2 PÓS-GRADUAÇÃO

A Instituição não oferece cursos de pós-graduação *stricto sensu*.

Os cursos de especialização vêm sendo ministrados a partir de 1996, e, no período compreendido entre 1996 e 1999, foram ofertados 12 cursos, todos com duração de 360 horas, conforme se vê a seguir:

Ano	Cursos	Inscritos	Concluintes	Bolsistas	Corpo docente	
					Total	Da IES
1999/1	Direito de Família e Sucessões	19	EA	01	11	04
1999/1	Adm. E Planejamento para Docentes	18	EA	02	10	03
1999/2	Gestão Financeira	20	EA	02	10	03
1998/1	Direito de Família e Sucessões	16	EA	03	11	05
1998/1	Administração e Planejamento para Docentes	11	11	07	10	03
1998/1	Psicopedagogia	30	30	-	-	-
1998/1	Direito Processual Civil	47	43	-	-	-
1998/1	Direito de Família e Sucessões	30	EA	01	11	05
1998/1	Administração Gerencial	45	44	-	-	-
1997/2	Psicopedagogia	30	26	-	-	-
1997/2	Direito Processual Penal	35	36	-	-	-
1996/2	Adm. E Planejamento para Docentes	40	35	21	10	01

EA – cursos em andamento

De acordo com o relatório da Comissão de Credenciamento, a área de pós-graduação necessita alcançar melhorias significativas, no contexto do Centro Universitário.

3. CORPO DOCENTE

A Comissão de Credenciamento informou que 96% do corpo docente são constituídos de doutores, mestres ou especialistas, sendo que 25,74% dos professores são mestres ou doutores; entretanto, apenas um docente possui o título de doutor. A maioria do corpo docente conta com experiência docente e não docente, o que constitui fator de qualidade para os cursos.

Quanto ao regime de trabalho, 77,2% dos docentes são contratados em tempo contínuo e 37,6% atuam em tempo integral, o que pode ser considerado, de acordo com a Comissão, um índice razoável.

Entre os docentes de regime de tempo integral, 13,86% contam com o título de mestre ou doutor. Esse número foi considerado baixo pela Comissão, que estipulou como ideal o percentual de 50%, pelo menos. O único professor com titulação de doutor é horista. Conforme relatório, a IES, mediante o Programa Institucional de Capacitação Docente, vem demonstrando uma evolução positiva nesse sentido.

SP

Na época da visita, o corpo docente era constituído por 101 professores, distribuídos conforme tabelas a seguir, ressaltando-se que um docente pode figurar em mais de um curso:

Administração

Titulação	Regime de trabalho						Total
	Integral	%	Parcial	%	Horista	%	
Doutor	-	-					
Mestre	06	23,07	01	3,84	03	11,53	10
Especialista	09	34,61	05	19,23	02	7,69	16
Graduado	-						
Total	15		06		07		26

Agronomia

Titulação	Regime de trabalho						Total
	Integral	%	Parcial	%	Horista	%	
Doutor	-	-	-	-	01	4,20	01
Mestre	03	12,50	06	25,0	01	4,20	10
Especialista	04	16,67	06	25,0	-	-	10
Graduado	01	4,20	01	4,20	01	4,20	03
Total	08		13		03		24

Ciências Contábeis

Titulação	Regime de trabalho						Total
	Integral	%	Parcial	%	Horista	%	
Doutor	-	-	-	-	-	-	-
Mestre	03	-	-	-	03	-	06
Especialista	09	-	06	-	02	-	17
Graduado	-	-	-	-	01	-	01
Total							24

Direito

Titulação	Regime de trabalho						Total
	Integral	%	Parcial	%	Horista	%	
Doutor	-	-	-	-	-	-	-
Mestre	04	10,0	-	-	-	-	04
Especialista	12	30,0	18	45,0	05	12,5	35
Graduado	-	-	-	-	01	2,5	01
Total	16		18		06		40

Informática

Titulação	Regime de trabalho						Total
	Integral	%	Parcial	%	Horista	%	
Doutor	-	-	-	-	-	-	-
Mestre	05	26,3	03	15,7	01	5,2	09
Especialista	02	10,5	03	15,7	03	15,7	08
Graduado	02	10,5	-	-	-	-	02
Total	09		06		04		19

Sh

Pedagogia

Titulação	Regime de trabalho						Total
	Integral	%	Parcial	%	Horista	%	
Doutor	-	-	-	-	-	-	-
Mestre	01	8,33	01	8,33	-	-	02
Especialista	05	35,71	05	41,67	01	8,33	11
Graduado	-	-	-	-	01	8,33	01
Total	06				02		14

4. BIBLIOTECA

A Comissão de Credenciamento informou que a IES demonstra preocupação em manter o acervo da biblioteca atualizado, atendendo, assim, os padrões de qualidade exigidos.

Após o levantamento periódico das necessidades da biblioteca, a relação de títulos é apresentada ao coordenador do curso. Realizada a revisão, pela Direção Acadêmica, a Direção Geral é consultada sobre a disponibilidade de recursos financeiros para a aquisição pleiteada.

A biblioteca dispõe de áreas para armazenamento do acervo, acesso à Internet/multimídia/informática, processamento técnico do acervo, administração, recepção e atendimento do usuário, leitura em geral e estudo individual.

Consta do projeto a relação de periódicos científicos correntes nacionais e estrangeiros, periódicos não científicos nacionais, jornais e boletins, com a respectiva periodicidade.

Nas tabelas a seguir, o número de livros do acervo relativo a cada curso acha-se representado:

Cursos	Títulos	Volumes
Administração	4.291	10.157
Agronomia	2.125	6.228
Ciências Contábeis	2.694	5.513
Direito	6.565	18.897
Informática	4.780	11.907
Pedagogia	5.907	11.907
Total	26.363	64.694

A Comissão de Credenciamento considerou que o acervo de títulos contemporâneos e de periódicos nacionais é adequado, contemplando as bibliografias recomendadas nas disciplinas dos diversos cursos.

A biblioteca encontra-se em processo de informatização e a Instituição dispõe de provedor próprio, para acesso à Internet. A IES mantém convênios com outras bibliotecas externas, por intermédio da Universidade Luterana do Brasil.

A Comissão de Credenciamento destacou que a biblioteca atual, com a expansão prevista no Plano de Desenvolvimento Institucional, irá atender

SP

de forma satisfatória às necessidades do Centro Universitário, ressaltando que, entretanto, o acesso às redes de informação precisa ser ampliado.

5. INSTALAÇÕES E LABORATÓRIOS

As instalações da Instituição contam com 56 salas de aula, 18 laboratórios multidisciplinares, 8 salas especiais, um auditório, duas salas de professores e 6 salas de coordenação de curso.

A IES dispõe de um laboratório, em cada uma das seguintes áreas: Ensino Religioso, Hardware, Sementes, Água e Solo, Química Agrícola, Fitossanidade, Biologia, Criminologia e Pedagogia. Além desses, há 5 laboratórios de Informática, um Fórum Modelo, Empresa Júnior, Núcleo de Estudos Organizacionais do Município, Centro de Estudos Jurídicos e Campo Experimental. A Comissão de Credenciamento informou que os laboratórios encontram-se adequadamente equipados e instalados.

De acordo com o relatório da Comissão de Credenciamento, a IES atingiu um nível satisfatório de qualidade na utilização da informática, medido pela quantidade e modernidade dos equipamentos. Existe plano de atualização, expansão e renovação permanente dos recursos de tecnologia da informação e da infra-estrutura de ensino.

Há uma sala destinada exclusivamente aos docentes. Entretanto, como a maioria dos docentes em tempo integral ocupa cargos administrativos e, portanto, dispõem de sala própria, o trabalho docente fora da sala de aula é ali realizado. Os professores em regime de tempo parcial utilizam a sala coletiva dos professores. As salas dos docentes são equipadas com microcomputadores, conectados a rede interna, e os laboratórios de informática também estão acessíveis aos professores.

6. ATIVIDADES DE EXTENSÃO, PRÁTICAS DE INVESTIGAÇÃO E PESQUISA

A IES possui programas, devidamente institucionalizados, de extensão, de iniciação científica e de práticas profissionais.

A Coordenadoria de Pós-graduação, Pesquisa e Extensão, subordinada à Diretoria Acadêmica, é o órgão responsável pelas atividades de extensão. A elaboração do projeto e a execução das atividades são de responsabilidade dos departamentos. Para os professores envolvidos, existe a destinação de horas de trabalho remuneradas, proporcional à atividade desenvolvida. Os alunos podem ser enquadrados como bolsistas e/ou estagiários.

A partir de 1998, inúmeras atividades de extensão foram realizadas. Durante o ano de 2000, encontravam-se em andamento as seguintes atividades de extensão:

3f

Atividade	Natureza	Docentes envolvidos	Discentes envolvidos
Empresa Júnior	Permanente	08	90
Serviço de Assistência Gratuita	Permanente	12	240
Empresa Júnior de Informática	Permanente	03	60
Universidade para a Terceira Idade	Permanente	03	60
Laboratório de Solos, Sementes e Água	Permanente	02	60
Laboratórios de Informática	Permanente	02	60
Laboratório de Orientação Educacional	Permanente	03	90
Feira das Profissões	Permanente	08	-
Núcleo de Estudos de Organizações e do Desenvolvimento Municipal	Permanente	03	04
Centro de Documentação Regional	Permanente	02	04
Alfabetização de Adultos	Permanente	03	03
Pedagogia Social	Permanente	02	02
Centro de Preparação de Monitorias em Educação	Permanente	08	06
II Congresso Científico	Evento	12	04
III Salão de Iniciação Científica	Evento	12	02
Oficinas de Elaboração de Projetos de Pesquisa em Educação	Curso	02	40
Oficinas de Elaboração de Projetos de Pesquisa em Administração	Curso	01	30
Oficinas de Elaboração de Projetos de Pesquisa em Contabilidade	Curso	02	45

As atividades de pesquisa são realizadas nas seguintes áreas: elaboração de teses, dissertações e monografias; capacitação docente; vinculadas à ação pedagógica institucional; voltadas ao atendimento de problemas da comunidade, tais como educação, cultura e problemática urbana; dirigidas ao desenvolvimento dos setores madeireiro e agropecuário.

A pesquisa é desenvolvida sob as seguintes diretrizes: Programas de Iniciação Científica e Tecnológica (PROICT); Aperfeiçoamento Científico e Tecnológico (PROACT); Programa Pesquisa Científica e Tecnológica (PROPECT); Programa de Produtividade com Qualidade em Pesquisa (PROQUAL). Os projetos de pesquisa em andamento estão sendo financiados pela Instituição. Outros projetos obtêm financiamento de órgãos ou empresas privadas, mediante convênios, ou por iniciativas individuais dos docentes/discentes. A Instituição, mediante o Programa de Fomento à Pesquisa, procura dar suporte financeiro para gastos com infra-estrutura e fornecer os recursos humanos previstos em cada projeto. A partir de 1997, ocorreram investimentos para a informatização dos serviços da biblioteca, mediante interligação com redes de informação: BIREME, COMUT, ORBIT, RENPAC e EMBRATEL. Existe auxílio para a publicação da produção científica pela Editora da ULBRA.

Sl

O programa de iniciação científica é destinado aos alunos matriculados em cursos de graduação e tem por objetivo a iniciação do aluno na produção do conhecimento e a convivência com o procedimento científico, nos aspectos de técnica, de organização e de métodos. A Coordenadoria de Pesquisa, ligada à Diretoria Acadêmica, é o órgão responsável pelo planejamento, execução e controle das atividades de pesquisa.

7. AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

A IES atribui três instâncias à avaliação: avaliação institucional, avaliação de curso e avaliação do corpo discente.

Os indicadores do processo avaliativo encontram-se sistematizados no Programa Permanente de Avaliação Institucional, que vem sendo gradativamente implantado, com o objetivo de interpretar a função social da instituição, atendendo à demanda do conhecimento científico e articulando esse conhecimento com as características regionais.

A IES adota as seguintes estratégias, com o objetivo de manter um processo avaliativo contínuo e permanente: aplicação de questionários, reuniões do Conselho Acadêmico, Pedagógicas e Técnicas, entrevistas com acadêmicos e docentes, aplicação de instrumento de sondagem junto à comunidade, acompanhamento de egressos dos cursos no mercado de trabalho, análise de relatórios administrativos e pedagógicos, acompanhamento e análise das publicações e da participação em eventos, incentivo à capacitação docente.

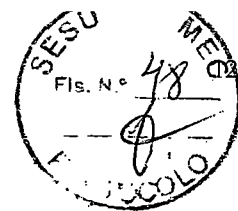
8. ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL

A estrutura organizacional da IES está definida em seu Estatuto. Os docentes participam dos órgãos colegiados, mediante atuação de representantes eleitos no Conselho Superior e no Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, com direito a voz e voto. Essa representação existe, também, nos Conselhos de Curso.

A IES desenvolve um trabalho de envolvimento do corpo docente nos projetos pedagógicos dos cursos e, durante os dois últimos anos, procurou aperfeiçoá-los, buscando sua atualização, sua ligação com a missão da IES, bem como a sua adequação às necessidades contemporâneas e às exigências provenientes da busca da excelência do ensino. Com essa finalidade, foi criado o Núcleo de Apoio Pedagógico.

A Comissão de Credenciamento considerou que as alterações realizadas na proposta inicial do Estatuto atenuaram bastante os problemas existentes no projeto, referentes à autonomia do Centro Universitário com relação à Mantenedora e à representação docente e discente nos órgãos colegiados superiores e acadêmicos.

SR



9. PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL (PDI)

A Instituição apresentou Plano de Desenvolvimento Institucional, que constitui, em volume específico, o Anexo III do relatório da Comissão de Credenciamento. De acordo com a IES, o PDI representa a síntese do que se pretende alcançar, em termos de excelência, no Centro Universitário Luterano de Ji-Paraná, com a previsão de linhas básicas de ação pedagógica, calcadas no tripé ensino, pesquisa e extensão.

Consta do PDI a previsão das receitas e despesas do quinquênio 2001/2005.

Cursos de Graduação

A Instituição, durante a vigência do PDI, pretende implantar os seguintes cursos de graduação:

Cursos	Vagas anuais	CHT	TMIC	Ano de implantação	
				1º sem	2º sem
Psicologia, Form. de Psicólogo	100	3.660	10 semestres	2001	-
Química, licenciatura	100	2.820	9 semestres	2004	-
Comunicação Social, hab. Jornalismo	100	2.820	8 semestres	2004	-
Educação Física	100	2.820	8 semestres	2004	-

O PDI ressalta que, em 2005, os cursos criados atingirão 1.400 novos alunos.

Cursos de Pós-graduação

A Instituição prevê a realização dos seguintes cursos de especialização, para os quais estão destinados recursos:

Ano	Cursos	Nº de alunos
2001	Administração Educacional	30
	Investigação Científica	30
	Gestão Financeira	25
	Direito de Família e Sucessões	25
	Total	110
2002	Educação Matemática	30
	Estratégia empresarial	25
	Tecn. Do Processamento Agro-industrial	30
	Direito do Trabalho	35
	Total	120
2003	Psicopedagogia e Interdisciplinaridade	25
	Gestão de Segurança e Saúde no Trabalho	25
	Informática para Aplicações Empresariais	25
	Direito Público	30
	Direito do Trabalho	35
Total		140

SR

2004	Administração Educacional	30
	Administração Hospitalar	25
	Gerenciamento Ambiental	25
	Auditoria e Controladoria	20
	Gestão Financeira	25
Total		135
2005	Estrutura da Língua Portuguesa	25
	Gestão de Segurança e Saúde no Trabalho	25
	Informática para Aplicações Empresariais	25
	Contabilidade de Custos	30
	Direito Público	30
2005	Direito do Trabalho	35
	Total	170

Corpo docente

O PDI apresenta o Plano de Aperfeiçoamento Docente, mediante o Programa Institucional de Capacitação Docente, que tem por objetivo a reciclagem, aperfeiçoamento e capacitação profissional dos professores. Esse programa estabelece metas para os próximos cinco anos.

Conforme consta do projeto, há 55 docentes em processo de qualificação, sendo 39 inscritos em programas de doutorado, 13 em cursos de mestrado e 3 professores em cursos de especialização.

Biblioteca

O PDI prevê a ampliação do espaço físico da biblioteca, que atualmente perfaz 922 m² para 1.447,36 m².

A expansão do acervo da biblioteca deverá ser realizada de acordo com o seguinte cronograma:

Tipo de acervo	1º Ano			2º Ano			3º Ano			4º Ano			5º Ano		
	NT	R\$	%	NT	R\$	%	NT	R\$	%	NT	R\$	%	NT	R\$	%
Livros	1400	49,0	45	4400	154,0	70	1600	56,0	45	4800	168,0	69	2000	70,0	62
Periódicos	66	14,5	13	68	15,0	07	70	15,4	12	72	15,8	07	20	4,4	04
CD-ROMS	240	36,0	33	260	39,0	17	280	42,0	33	300	45,0	18	200	30,0	26
Fitas VHS	160	4,0	03	170	4,2	02	180	4,5	04	190	4,8	02	100	2,5	02
Slides	90	4,5	04	100	5,0	02	110	5,5	04	120	6,0	02	100	5,0	04
Disquetes	110	1,0	01	120	1,2	01	130	1,3	01	140	1,4	01	100	1,0	01
Mapas	51	1,0	01	57	1,1	01	63	1,3	01	68	1,4	01	60	1,1	01
TOTAL		110,0	100		219,5	100		126,0	100		242,4	100		114,0	100

NT – nº de títulos ou unidades a serem adquiridas; R\$ - valor em mil reais; % - percentual do valor sobre o valor total gasto no ano

Instalações e Laboratórios

Durante a vigência do PDI existe previsão para construção de 10 laboratórios, conforme se vê na tabela a seguir:

3f

Laboratórios	2002		2003		2004	
	Cap.	Área	Cap.	Área	Cap.	Área
Laboratório de Testes	50	63				
Laboratório de Estatística e Pesquisa	50	63				
Laboratório de Psicologia Social	50	63				
Laboratório de Psicologia Cognitiva	50	63				
Laboratório Físico-Químico			50	63		
Laboratório Instrumental			50	63		
Laboratório de Bioquímica			50	63		
Laboratório de Preparo			50	63		
Laboratório Fotográfico					50	63
Laboratório de Estúdio de TV					50	63
Total		252		252		126

Cap – Capacidade, nº de alunos Área – em metros quadrados

O cronograma de aquisição de equipamentos de tecnologia educacional, tais como televisor, videocassete, retroprojektor, projetor multimídia, projetor de slides, filmadora, telão e materiais para reprografia, integra o PDI.

Da mesma forma, existe previsão para ampliação da rede de comunicação, com a futura aquisição de 12 plataformas de grande porte, para uso em ensino e em pesquisa, e de mais 104 plataformas, para utilização nas áreas de ensino e de administração.

A instalação de servidores e de estações de trabalho também está contemplada no PDI.

Atividades de extensão e de iniciação científica

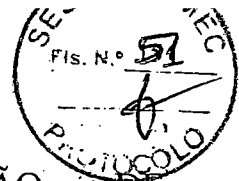
De acordo com o PDI, as atividades de extensão possuem as seguintes metas: implementar a estrutura administrativa para a prática de extensão; difundir junto à comunidade acadêmica o papel da Coordenadoria e envolver a comunidade acadêmica em atividades de extensão.

Para a melhoria das práticas de investigação, estão previstos: ampliação da estrutura administrativa, implantação do PROACT, PROPECT e PROICT, integração do corpo docente e do discente em ações que promovam a qualidade de ensino, mediante a pesquisa e a extensão.

Avaliação Institucional

A avaliação institucional está prevista no PDI, que contém cronograma das ações inerentes à atividade.

3f



11. PARECER FINAL DA COMISSÃO DE CREDENCIAMENTO

A Comissão de Credenciamento atribuiu aos itens avaliados o que se segue:

Itens	Especificação	Conceito
1.	Curso de Graduação	3
2.	Corpo Docente	2
3.	Biblioteca	3
4.	Instalações e Laboratórios	3
5.	Atividades de extensão e práticas de investigação	3
6.	Cursos de Pós-graduação	2
7.	Organização Institucional	3
8.	Conceito Final	2,7

Com base no atendimento dos pré-requisitos e na análise detalhada de cada item, a Comissão recomendou a transformação do Instituto Luterano de Ensino Superior de Ji-Paraná em Centro Universitário Luterano de Ji-Paraná, ressaltando que a IES é pioneira na região e que sua atuação contribuirá decisivamente para o desenvolvimento daquela área geográfica.

A análise do presente processo ressalta inúmeros pontos a serem superados pela Instituição, principalmente, no que se refere aos cursos de graduação avaliados pelo Exame Nacional de Cursos, que apresentam baixo desempenho.

As condições apresentadas, consideradas insatisfatórias à luz do artigo 12 do Decreto nº 2.306/97, em vigor à época da solicitação do credenciamento, tornam-se ainda mais evidentes, se confrontadas com o exigido pelo Decreto nº 3.860/2001, no art. 23:

Os Centros Universitários, na forma disposta neste Decreto, somente serão criados por credenciamento de instituições de ensino superior já credenciadas e em funcionamento regular, e que apresentem, na maioria dos seus cursos de graduação, bom desempenho na avaliação do Exame Nacional de Cursos e nas demais avaliações realizadas pelo INEP.

Cabe ressaltar que no ENC/2001, os cursos de Administração e de Direito obtiveram o conceito "D" e, os de Pedagogia e Agronomia, o conceito "C". Deve-se destacar, ainda, que o desempenho dos cursos de Administração e de Direito, instável ao longo dos anos, não demonstrou uma linha ascendente de resultados.

Cumpre destacar que esta Secretaria não identificou as condições de excelência no ensino, estabelecidas na legislação vigente, para o credenciamento pleiteado.

Integram este relatório cópias dos documentos emitidos pela Comissão de Credenciamento, apensados ao processo, nos termos da legislação vigente.

III – CONCLUSÃO

Encaminhe-se ao Conselho Nacional de Educação o presente processo, referente ao credenciamento do Centro Universitário Luterano de Ji-Paraná, por transformação do Instituto Luterano de Ensino Superior de Ji-Paraná, com sede na cidade de Ji-Paraná, no Estado de Rondônia, mantido pela Comunidade Evangélica Luterana “São Paulo”, com sede na cidade de Canoas, no Estado do Rio Grande do Sul, acompanhado do relatório da Comissão de Credenciamento, para deliberação.

À consideração superior.

Brasília, 5 de fevereiro de 2002.

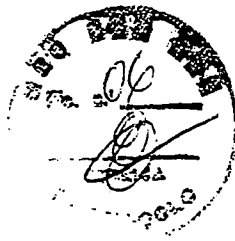


SUSANA REGINA SALUM RANGEL
Coordenadora Geral de Supervisão do Ensino Superior
MEC/SESu/DEPES/COSUP



LUIZ ROBERTO LIZA CURI
Diretor do Departamento de Política do Ensino Superior
MEC/SESu/DEPES

RELATÓRIO DE VERIFICAÇÃO
IN LOCO PARA CREDENCIAMENTO



DO
INSTITUTO LUTERANO DE ENSINO SUPERIOR
COMO
CENTRO UNIVERSITÁRIO



PROCESSO Nº 23000.004419/99-40

Comissão de Credenciamento designada pela Portaria nº 2945/99/SESu/MEC

Prof. Renato Carlson
Prof. Nelson Cardoso Amaral

Período de avaliação: de 27 e 28 de março e 16 de maio de 2000

RELATÓRIO DE VISITA

INTRODUÇÃO

A Portaria SESU/MEC nº 2945/99 de 20 de dezembro de 1999 prorrogada pela Portaria nº 687/00 de 27 de março de 2000, instituiu Comissão de Credenciamento para avaliar "in loco" as condições de funcionamento e potencialidades do Instituto Luterano de Ensino Superior, localizado na cidade de Ji-Paraná/Rondônia, mantida pela Comunidade Evangélica Luterana "São Paulo", com vistas à sua transformação em Centro Universitário Luterano de Ji-Paraná, conforme Processo nº 23000.004419/99-40.

Os trabalhos iniciaram-se com uma reunião da Comissão com o objetivo de estabelecer entendimentos e procedimentos comuns entre os avaliadores, definir a metodologia e o cronograma de trabalho e rever a legislação e examinar o Processo.

Após dois dias de trabalho examinando a documentação, visitando as instalações e entrevistando dirigentes, professores e alunos a Comissão entendeu que não poderia emitir seu parecer conclusivo devido ao fato de o Plano de Desenvolvimento Institucional estar incompleto não fornecendo informações importante quanto a aspectos físico-financeiros. Assim, foi dado um prazo à Instituição para que providenciasse a complementação do PDI. A Comissão voltou a reunir-se em Ji-Paraná no dia 16 de maio de 2000 quando emitiu este relatório.

1) CONCEITUAÇÃO DO CENTRO UNIVERSITÁRIO

(a) QUANTO À ORIGEM

Pela transformação do Instituto Luterano De Ensino Superior em Centro Universitário Luterano de Ji-Paraná, situado no município de Ji-Paraná, Estado de Rondônia.

(b) QUANTO À FUNÇÃO

A Instituição oferece 06 (seis) cursos de graduação, todos reconhecidos pelo MEC, cursos de especialização, programas de extensão e atividades integradas de iniciação científica e prática profissional.

(c) QUANTO À ABRANGÊNCIA

Caracteriza-se pela organização pluricurricular em 04 (quatro) áreas do conhecimento quais sejam: Sociais Aplicadas, Agrárias, Humanas e Exatas, oferecendo 06 (seis) cursos de graduação e cursos de especialização. Observa-se que a principal área de atuação é a de Ciências Sociais Aplicadas.

(d) QUANTO À EXCELÊNCIA

A Instituição demonstra praticar um ensino de graduação de boa qualidade com todos os cursos devidamente reconhecidos. A infra-estrutura disponível oferece boas condições para o processo de ensino-aprendizagem. O curso de Administração obteve no ENC-98 e no ENC-99, respectivamente, os conceitos "B" e "C" e o curso de Direito obteve no ENC-98 e no ENC-99, respectivamente, os conceitos "D" e "C". Assim, a maioria dos conceitos obtidos por estes cursos nos últimos dois anos são iguais ou superiores a "C" sendo que o curso de Direito mostra uma tendência de melhoria, tendo recebido a visita de duas Comissões de Especialistas para avaliação.

(e) QUANTO À ORGANIZAÇÃO

A Instituição possui um Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) que explicita o seu dimensionamento para os próximos 05 (cinco) anos. O Estatuto da Mantenedora delega à Universidade Luterana do Brasil – ULBRA –, sua mantida, a responsabilidade pela administração das unidades prestadoras de serviço. O Estatuto proposta para o Centro Universitário prevê no seu artigo 7º que "O Centro Universitário goza de autonomia didático-científico-administrativa, de gestão financeira e patrimonial e disciplinar nos termos presentes do Estatuto, do Estatuto da Mantenedora e da Legislação pertinente".

A administração superior do Centro Universitário será exercida por um Conselho Superior e por um Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.

O Diretor Geral será designado pela mantenedora, presidirá o Conselho Superior e o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão e superintenderá todas as atividades do Centro Universitário.

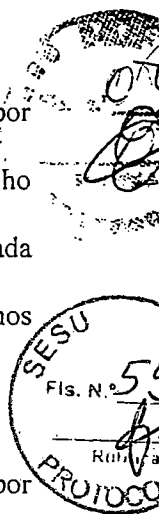
O Diretor Acadêmico será designado pelo Diretor Geral a partir de uma lista triplíce elaborada pelo Conselho Superior e terá esta designação homologada pela mantenedora.

Os Corpos Docente e Discente terão asseguradas, através do estatuto, a sua participação nos Órgãos Colegiados da Instituição.

II) PRÉ-CONDIÇÕES EXIGIDAS DA INSTITUIÇÃO PROPONENTE

1. A Comunidade Evangélica Luterana "São Paulo" - CELSP, atua no ramo do ensino superior, por um período superior a 05 (cinco) anos.
2. A documentação apresentada comprova a regularidade da situação patrimonial, contábil, fiscal e parafiscal da mantenedora.
3. O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) apresentado no projeto necessitava ser reformulado pois, além de não conter itens importantes como Missão e Modelo de Gestão Institucional, não possuía metas devidamente caracterizadas e quantificadas no que se refere a diversos outros itens. Para exemplificar, não havia compatibilização entre a expansão na quantidade de cursos de graduação com o aumento da área física e do quadro docente e de servidores técnico e administrativos, bem como a previsão financeira para suportar a correspondente elevação das despesas; não contemplava um programa de melhoria continuada e a expansão de laboratórios e biblioteca. Atendendo as observações da Comissão, a Instituição elaborou um adendo ao PDI que atende satisfatoriamente aos itens acima mencionados, com exceção do que se refere ao corpo técnico-administrativo.
4. Todos os cursos de graduação oferecidos pelo ILES são reconhecidos pelo MEC.
5. Relativamente à qualificação do corpo docente, 93% é constituído de doutores, mestres ou especialistas, sendo 25,74% de mestres e doutores, sendo apenas 1 docente com título de Doutor.
6. Quanto ao regime de trabalho, 77,2% do corpo docente atua em tempo contínuo sendo que 37,6% do total são contratados em tempo integral. Dentre os docentes em regime de tempo integral, 13,86% possuem titulação de Mestre ou Doutor. Entretanto, o único Doutor da Instituição é horista, ou seja, não atua em regime de tempo contínuo.
7. A análise do corpo docente indica que 27,7% dos professores tem, pelo menos, metade da sua jornada de trabalho dedicada a atividades extra-classe.
8. Há previsão de tempo remunerado para dedicação do corpo docente ao atendimento de alunos.
9. Dos cursos de graduação oferecidos pelo ILES, não houve nenhum pedido de reconhecimento negado pelo Conselho Nacional de Educação nos últimos 05 (cinco) anos.
10. O curso de Administração obteve no ENC-98 e no ENC-99, respectivamente, os conceitos "B" e "C" e o curso de Direito obteve no ENC-98 e no ENC-99, respectivamente, os conceitos "D" e "C". Assim, a maioria dos conceitos obtidos por estes cursos nos últimos dois anos são iguais ou superiores a "C".
11. Os cursos de Administração e Direito submeteram-se ao Exame Nacional de Cursos nos últimos 2 anos. A Avaliação das Condições de Oferta destes cursos ofereceu o seguinte resultado: Administração (1997) obteve para o Corpo Docente conceito CI, para Avaliação Didático-Pedagógica conceito CB e para as Instalações conceito CB; Direito (1998 e 1999): obteve para o Corpo Docente conceito CR, para Avaliação Didático-Pedagógica conceito CR e para as Instalações conceito CMB. Com exceção do Corpo Docente do curso de Administração, a avaliação pode ser considerada satisfatória.

Portanto a Instituição atende as pré-condições estabelecidas no Parecer CES 738/98.



[Handwritten signatures]

III) AVALIAÇÃO DO PROJETO DE TRANSFORMAÇÃO EM CENTRO UNIVERSITÁRIO

III.1) CURSOS DE GRADUAÇÃO

Quanto ao Processo de Avaliação Institucional

A Instituição vem desenvolvendo e implantando um sistema de Avaliação Institucional. Este sistema está baseado na aplicação de um instrumento aos alunos, que é uma das etapas do processo global de avaliação institucional, em fase de implantação, e previsto no PDI. Para conduzir este processo de avaliação que consiste de 8 etapas, em 1999 foi criada uma "Comissão Permanente de Avaliação". O objetivo deste processo é utilizar os resultados das várias etapas da avaliação para a tomada de decisões, pela Instituição, buscando a melhoria das práticas educativas e dos aspectos de gestão administrativa, de recursos financeiros e humanos. Salienta-se que este programa inclui uma etapa que prevê a avaliação por agentes externos.

Quanto ao desempenho no Exame Nacional de Cursos e às condições de oferta.

Os únicos cursos de graduação submetidos ao ENC foram Administração (ENC/96, 97, 98 e 99) e Direito (ENC/96, 97, 98 e 99). Em 1999 os cursos de Administração e de Direito obtiveram o conceito "C" no Exame Nacional de Cursos atendendo, desta maneira, à pré-condição contida no Parecer CES 618/99.

A Avaliação das Condições de Oferta destes cursos ofereceu o seguinte resultado: Administração (1997) obteve para o Corpo Docente conceito CI, para Avaliação Didático-Pedagógica conceito CB e para as Instalações conceito CB; Direito (1998 e 1999): obteve para o Corpo Docente conceito CR, para Avaliação Didático-Pedagógica conceito CR e para as Instalações conceito CMB.

Quanto à relação aluno/docente e aluno/funcionário

O quadro atual da Instituição reflete os valores numéricos especificados a seguir:

Relação aluno/docente

Curso	Nº alunos	Nº docentes	Nº alunos/Nº docentes
Pedagogia	247	12	20.6
Ciências Contábeis	150	10	15
Administração	291	12	24
Direito	947	35	27
Informática	228	13	17.5
Agronomia	152	18	8.4

Relação aluno/funcionário = 18,7

A relação aluno/docente está dentro dos valores adequados, considerando o que se observa na maioria das IES brasileiras. Relativamente à relação aluno/funcionário a visita demonstrou que o suporte técnico administrativo atende bem às necessidades de funcionamento da Instituição.

Quanto à existência de planos e recursos para a melhoria do ensino de graduação (PDI)

O PDI apresenta um plano de "Aperfeiçoamento Docente", através de um Programa Institucional de Capacitação Docente, que tem por objetivo proporcionar possibilidades de reciclagem, aperfeiçoamento e capacitação profissional dos docentes, com repercussões na melhoria da qualidade do ensino. A dotação de recursos financeiros para a execução do Programa está prevista no PDI.

São apresentadas as seguintes metas com relação à excelência acadêmica:

1. Elaborar e implantar o plano de Qualificação dos Recursos Humanos – RH do CENTRO
Início: Março 2000, Prazo: 6 meses
2. Implementar o Projeto Pedagógico em todos os Cursos da Graduação
Início: Imediato, Prazo: 6 meses
3. Formalizar uma Comissão Permanente de Revisão e atualização curricular, por curso.
Início: Imediato, Prazo: 6 meses
4. Criar o projeto "Grupo de Estudos Interdisciplinar" para desenvolvimento, apropriação, capacitação e atualização de ambientes de alta produtividade em ensino-aprendizagem.
Início: Imediato, Prazo: 3 meses

5. Implantar o conceito, princípios e administração de Qualidade Total no Sistema Acadêmico.
Início: Nov./99, Prazo: Jul/2000
6. Avaliar o nível de excelência acadêmica, de acordo com os parâmetros do MEC/PAIUB.
Início: Jan/2000, Prazo: 3 anos
7. Consolidar-se como Centro Universitário de excelência com base em seus cursos estrelas e desempenho médio no Exame Nacional de cursos (PROVÃO), na visão regional e nacional.
Início: Imediato, Prazo: 3 anos
8. Oferecer novos cursos, dentre os quais: Psicologia, Química, Comunicação Social e Educação Física.
Início: Jan/2001, Prazo: 5 anos
9. Revisar os currículos de todos os cursos.
Início: Imediato, Prazo: 12 meses
10. Garantir efetividade no processo ensino-aprendizagem pela adoção de linhas didático-pedagógicas para cada curso.
Início : Imediato, Prazo: 6 meses
11. Instituir programa permanente de capacitação de docentes em pedagogia do Ensino Superior e didáticas específicas.
Início: Imediato, Prazo: 3 anos
12. Institucionalizar a avaliação formal por disciplina e avaliação do professor pelo aluno.
Início: Jan. /2000, Prazo: 3 anos
13. Incentivar a adoção de livro texto em todas as disciplinas
Início: Imediato, Prazo: 6 meses

Quanto à existência de projeto de atualização e inovação curricular, estratégias e métodos de ensino, aprendizagem e avaliação.

PONTOS DE REFERÊNCIA PARA INOVAÇÃO CURRICULAR.

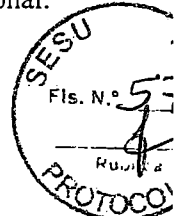
- Projeto Pedagógico Institucional;
- Diretrizes curriculares do MEC;
- Análise da realidade (empresas, segmentos políticos, sociais, educacionais, análise do potencial e viabilidade econômica do município e região atendidas pelo centro);
- Avaliação: opinião dos alunos, Exame Nacional de Cursos (Resultados), opinião dos Especialistas do MEC, acompanhamento de egressos, produção de novos conhecimentos e novas tecnologias, relação teoria / prática, habilidades e competências necessárias.

INTERVENÇÕES FEITAS NO CURRÍCULO

- Exame de adequação das competências e habilidades;
- Revitalização do ementário;
- Seleção dos conteúdos (validade, atualidade, utilidade, significação);
- Redistribuição da carga horária;
- Implementação de estágios, trabalhos de conclusão e interdisciplinares;
- Verticalização e horizontalização das áreas de conhecimento enquanto gradação de dificuldades e interrelação entre as disciplinas e atividades propostos pelos cursos.

ESTRATÉGIAS

- Reuniões com professores e alunos;
- Análise dos resultados dos Exames Nacionais de Curso;
- Análise dos resultados das visitas de comissão de especialistas;
- Implementação de programas de extensão;
- Estabelecimento de convênios;
- Produção de materiais instrucionais (CDs, lâminas, mapas, apostilas);
- Visitas técnicas, relatórios;
- Reuniões sistemáticas de professores e coordenadores;



- Seminários com professores para subsidiar questões como: procedimentos de ensino, análise de bibliografia, atualização de conteúdos, comparação entre o processo de desenvolvimento do curso e as habilidades e competências necessárias a formação do profissional desejado (semestrais);
- Assessorias a pequenos e micros-empresários;
- Instalação do Juizado de pequenas causas, Núcleo de Estudos Organizacionais do Município, Centro de Estudos Jurídicos, Juizado Cível e Criminal, Empresa Júnior dos Cursos de Administração, Contábeis e Informática, assessoria didático pedagógica a escolas, jornadas de formação;
- Palestras com especialistas, dias de campo, prestação de serviços via laboratórios, experimentações.

AValiação

Na tentativa de manter-se o processo de ensino-aprendizagem de qualidade a avaliação tem três dimensões:

- Institucional;
 - Curso;
 - Corpo docente;
- Critério: capacidade para intervenção no contexto sócio-histórico em que está situado e de tomar decisões, fundamentação teórica, criatividade, senso crítico, etc...
 - Instrumentos: seminários, simpósios, estudos em grupo e individual, estudo de caso, provas escritas e orais.

Quanto às oportunidades de iniciação científica ou de práticas investigativas relacionadas aos cursos de graduação ministrados.

O Projeto Pedagógico Institucional contempla o Programa de Iniciação Científica e Tecnológica – PROICT que visa estimular o desenvolvimento do pensar criativo do aluno de graduação. Salienta-se que já são mantidos projetos de pesquisa executados por docentes da Instituição, aos quais estão associados, neste momento, 48 (quarenta e oito) bolsistas de Iniciação Científica.

Quanto aos dados relativos à divulgação dos cursos, seleção, acompanhamento, número de alunos por turma, evasão, retenção, número de vagas, demanda, matrículas e diplomações.

O processo seletivo da Instituição é realizado semestralmente e consta de uma única prova.

Cursos	ANO X-2 1998					ANO X-1 1999					ANO X 2000/1				
	V	C	C/V	M	MT	V	C	C/V	M	MT	V	C	C/V	M	MT
Pedagogia	63	106	1.68	63	116	63	171	2.71	63	173	63	87	1.38	63	247
Ciências Contábeis	63	30	0.47	35	83	63	48	0.76	63	100	63	56	0.89	63	150
Administração	126	138	1.09	126	280	126	259	2.05	126	301	63	109	1.73	63	291
Direito noturno	126	629	4.99	126	509	126	632	5.01	125	523	63	231	3.67	63	541
Direito diurno	124	356	2.87	124	375	124	428	3.45	124	418	62	151	2.43	62	406
Informática	100	152	1.52	50	198	90	145	1.61	90	225	40	85	2.12	40	228
Agronomia	100	47	0.47	54	68	100	116	1.16	100	129	50	80	1.60	50	152

Onde: X – ano em que foi realizado o último processo seletivo

V – número de vagas ofertadas

C – número de candidatos inscritos

M – número de matrículas iniciais

MT – número total de matriculados no curso.

Os demais dados deste sub-item de avaliação são apresentados na tabela a seguir:

Curso: Pedagogia

Ano Ingresso	Ano Formatura	Vagas Vestibular	Ingressantes	Trancados	%	Desistentes	%	Transfêridos	%	Retidos	%	Formados	%
(X-4)-N	X-4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
(X-3)-N	X-3	50	50	-	-	28	56.0	-	-	22	-	-	-
(X-2)-N	X-2	50	13	-	-	03	23.7	-	-	10	-	-	-
(X-1)-N	X-1 1995	50	33	-	-	20	60.0	04	12.1	06	18.2	03	9.1
X-N	X 1996	50	15	-	-	02	13.3	02	13.3	-	-	11	73.4
TOTAL		200	111	-	-	53	47.74	06	5.4	38	34.25	14	12.61

Curso: Ciências Contábeis

Ano Ingresso	Ano Formatura	Vagas Vestibular	Ingressantes	Trancados	%	Desistentes	%	Transfêridos	%	Retidos	%	Formados	%
(X-4)-N	X-4 1995	50	26	02	7.7	10	38.48	01	3.85	03	11.53	10	38.46
(X-3)-N	X-3 1996	50	17	-	-	01	5.88	-	-	-	-	16	94.12
(X-2)-N	X-2 1997	50	13	-	-	03	23.0	01	7.7	09	69.3	-	-
(X-1)-N	X-1 1998	50	15	01	6.6	04	26.7	01	6.6	04	26.7	05	33.4
X-N	X 1999	50	34	04	11.8	12	35.3	03	8.8	10	29.4	05	14.7
TOTAL		250	105	07	6.6	30	28.6	06	5.7	26	24.8	36	34.3

Curso: Administração

Ano Ingresso	Ano Formatura	Vagas Vestibular	Ingressantes	Trancados	%	Desistentes	%	Transfêridos	%	Retidos	%	Formados	%
(X-4)-N	X-4 1995	100	100	15	15.0	50	50.0	05	5.0	15	15.0	15	15.0
(X-3)-N	X-3 1996	100	44	10	22.72	22	50.0	01	2.77	03	6.81	08	18.20
(X-2)-N	X-2 1997	100	52	11	21.15	23	44.23	02	3.84	10	19.23	06	11.55
(X-1)-N	X-1 1998	100	85	20	23.52	35	41.13	06	7.05	11	13.0	13	15.31
X-N	X 1999	100	103	10	9.71	33	32.04	02	1.94	28	27.18	30	29.33
TOTAL		500	384	66	92.1	163	217.4	16	20.6	67	81.22	72	120.08

Curso: Direito

Ano Ingresso	Ano Formatura	Vagas Vestibular	Ingressantes	Trancados	%	Desistentes	%	Transfêridos	%	Retidos	%	Formados	%
(X-4)-N	X-4 1995	100	53	01	1.89	01	1.89	-	-	-	-	51	96.22
(X-3)-N	X-3 1996	100	98	11	11.23	12	12.24	05	5.11	15	15.30	55	56.12
(X-2)-N	X-2 1997	100	100	15	15.0	11	11	06	6.0	13	13	55	55.0
(X-1)-N	X-1 1998	100	112	01	0.90	-	-	02	1.78	-	1.0	109	97.32
X-N	X 1999	200	200	31	15.5	30	15	11	5.5	25	12.5	103	51.5
TOTAL		600	563	59	10.48	54	9.60	24	4.26	53	9.41	373	66.25

Onde:

X – ano da última formatura do curso;

N – tempo mínimo de integralização curricular em anos;

- Trancados – alunos da turma que trancaram a matrícula;
 Desistentes – alunos da turma que abandonaram o curso;
 Transferidos – alunos da turma que se transferiram para outra IES ou para outros cursos da própria instituição;
 Retidos - alunos da turma que não completaram as exigências para colar o grau no tempo mínimo de integralização curricular;
 Formados – alunos da turma que se formaram no tempo mínimo de integralização curricular.

Quanto ao oferecimento de atividades de Prática Profissional.

As atividades de prática profissional são desenvolvidas na Instituição através de estágios obrigatórios, Núcleo de Prática Jurídica, atividades de extensão.

Avaliação: A qualidade apresentada pelos atuais cursos de graduação, apesar de um processo de avaliação incipiente, e a coerência dos projetos pedagógicos dos novos cursos de graduação em relação ao perfil institucional, faz com que a Comissão acredite na viabilidade de suas implantações, atribuindo neste item conceito 3.

III.2) CORPO DOCENTE

Quanto à qualificação do corpo docente avaliada pela Titulação acadêmica e pela experiência profissional no ensino e no mercado de trabalho.

Da análise do corpo docente quanto à titulação acadêmica, verifica-se que 96% é constituído de doutores, mestres ou especialistas sendo que 25,74% de mestres e doutores, sendo apenas 1 docente com título de Doutor. Estes dados são apresentados na tabela que se segue.

Quanto à experiência profissional, observa-se na tabela a seguir que a grande maioria do Corpo docente possui tanto experiência docente como não docente, o que se constitui em um fator positivo para a qualidade do ensino praticado.

	NOME	TIT.	REG.	EXP. PROFISSIONAL		AULAS GRAD.	ATEND	EXTRA CLASSE	ADM
				DOC	N. DOC				
1	ADALBERTO DE O. BRANDÃO	Mest.	I	01	16	12	-	08	20
2	AFRANIO PATROC. ANDRADE	Mest.	I	13	08	12	-	20	08
3	AHMED ALI ABDALA ESMIN	Mest.	I	06	13	16	08	04	12
4	ALEJANDRO YAGUE MAYOR	Esp.	H	39	39	12	-	-	01
5	ALVARO KALIX FERRO	Esp.	P	05	08	08	08	-	05
6	ANDRÉA DE OLIVEIRA SILVA	Mest.	I	01	05	12	04	08	16
7	ANDRÉA MELOUISEDEC	Esp.	I	03	08	04	08	-	28
8	ANDRÉIA STAGNER	Esp.	P	02	10	16	-	04	01
9	ANGELINA MARIA D OLIVEIRA	Esp.	I	01	13	16	16	08	-
10	ANTONIO AUGUSTO S.DIAS	Esp.	P	11	14	08	16	04	01
11	ANTONIO CÉSAR LOURENÇO	Esp.	P	01	07	16	08	04	09
12	ARMANDO R. F. FILHO	Esp.	I	08	13	24	08	08	-
13	AROLDO HERCILIO PACHECO	Esp.	I	06	24	04	13	08	15
14	ASSIS CANUTO JUNIOR	Esp.	P	03	03	08	12	04	09
15	ASTA VERENA TEWS	Esp.	P	14	12	04	-	-	16
16	BENEDITO ANTONIO ALVES	Esp.	I	05	17	28	04	08	-
17	CAIO MARCIO V.C. ALMEIDA	Dr.	H	10	23	04	-	04	05
18	CARLOS A. BAUER AQUINO	Esp.	I	06	08	24	-	08	08
19	CARLOS HENRIQUE DA SILVA	Esp.	H	04	12	16	-	-	01
20	CÁTIA REGINA BISOL DUIZITH	Esp.	P	03	05	24	-	-	01
21	CÉSAR LICÓRIO	Mest.	I	12	25	16	12	08	04
22	CICERO ROMÃO DE OLIVEIRA	Mest.	P	05	18	20	04	04	08
23	CLOVIS BARBOSA CALDEIRA	Esp.	I	12	23	24	04	08	04
24	DALVA FELIPE DE OLIVEIRA	Mest.	I	15	15	20	04	16	-
25	DANILO PORTILHO AVILÉS	Mest.	P	04	20	04	09	08	-
26	EDSON FERREIRA NASCIMENTO	Esp.	P	21	-	08	12	-	01
27	ELIDE PIOVESAN CECHIM	Esp.	I	25	05	04	12	08	16
28	ELIZABETH INES GAZZONI	Esp.	I	04	27	04	13	08	15
29	ELÓI LOPES DA SILVA	Esp.	P	18	10	28	-	04	01
30	ERNANI PEREIRA XAVIER	Mest.	I	28	28	08	12	-	20

31	FERNANDO ANTONIO R.SAMPAIO	Mest.	I	03	15	08	08	04	20
32	FRANCISCO EUDER DOS SANTO	Esp.	H	04	06	08	-	-	01
33	FRANCISCO JOSÉ G.FIGUEIREDO	Mest.	I	05	12	20	08	08	04
34	GELSON DE MACEDO	Grad.	H	17	-	08	-	-	01
35	GENIVALDO G. P. CAMPOS	Esp.	I	03	10	24	04	04	08
36	HELIO DOS SANTOS	Grad.	H	07	30	12	-	-	01
37	HUMBERTO LAPA FERRI	Esp.	P	03	10	12	08	-	01
38	JENALDO ALVES DE ARAUJO	Esp.	I	10	10	24	08	-	08
39	JOAO ANTONIO DOS SANTOS	Mest.	P	05	15	12	-	08	05
40	JOAO GOMES MOREIRA	Mest.	H	05	08	12	-	04	01
41	JONES FERNANDO GACON	Grad.	I	04	04	16	-	-	24
42	JORGE LUIS M. GURGEL	Esp.	H	05	14	08	04	-	01
43	JOSÉ AURÉLIO BARCELOS	Esp.	P	29	35	16	12	08	-
44	JOSÉ MARTINS DOS SANTOS	Esp.	I	18	33	12	-	08	20
45	JOSÉ TARCISIO BATISTA	Esp.	H	05	18	04	-	-	01
46	JOSÉ ABEL O. SANTOS	Esp.	H	06	16	08	04	04	01
47	JOSÉ CARLOS MOTA	Mest.	I	02	16	16	08	15	01
48	JOSÉ FRANCISCO XAVIER	Esp.	I	03	10	12	20	08	-
49	JOSÉ LUIZ ANDRADE DUIZITH	Esp.	I	04	05	16	-	04	20
50	LEVINDO CUSTÓDIO PRIMO	Esp.	H	05	15	04	-	-	01
51	LUCIA QUEIROZ E SILVA	Grad.	H	01	18	04	-	-	01
52	LUCIMAR MEDEIROS DE FARIA	Esp.	H	04	-	08	-	-	01
53	LUIZ A MOREIRA GOMES	Grad.	H	02	04	16	-	-	01
54	LUIZ CARLOS DE ALMEIDA	Mest.	I	05	30	12	08	12	08
55	LUIZ ROBERTO DE MATOS	Esp.	P	05	15	16	04	-	05
56	MARCELO ROQUE DE OLIVEIRA	Esp.	P	04	14	20	08	-	09
57	MARCOS LEANDRO OHSE	Mest.	H	10	-	16	-	-	01
58	MARCOS NUNES SILVA	Esp.	P	03	11	16	-	04	01
59	MARIA ALVES RATES GOMES	Esp.	I	03	10	-	24	08	08
60	MARIA CREUSA M.MAGALHÃES	Esp.	P	05	16	16	04	04	01
61	MARIA DA GRAÇA GOUBERT	Esp.	P	27	27	04	-	-	20
62	MARIA JOSE ALBUQUERQUE	Mest.	P	28	28	08	-	-	22
63	MARINEZ OLIVEIRA XAVIER	Esp.	I	12	10	08	16	08	08
64	MARKUS ZEUCH	Grad.	H	04	13	16	-	-	01
65	MARLENE VALUZ	Esp.	P	05	10	16	12	04	01
66	MARLETE M. DA CRUZ	Esp.	P	05	12	16	16	-	01
67	MAURO OLIVEIRA SOUZA	Esp.	H	07	-	12	-	-	01
68	MÉRCIA MELO DE ALMEIDA	Mest.	P	01	-	20	-	-	01
69	MILCIADES ALVES	Mest.	I	02	06	16	08	15	01
70	MONICA S. DA S. BUENO	Esp.	P	04	11	16	08	-	05
71	NELSON ESCUDEIRO FILHO	Esp.	P	05	12	16	16	-	-
72	NEHIL ALVARENGA F.FILHO	Esp.	H	05	20	04	-	-	05
73	NERI CEZIMBRA LOPES	Esp.	I	08	21	16	16	08	-
74	NILTON BONELLI	Esp.	P	07	13	12	-	12	01
75	NILZA MARIA PEREIRA	Esp.	P	05	16	24	-	-	01
76	ONDINA LAPA FERRI	Esp.	H	09	23	08	04	04	01
77	ORLANDO MARIO KONRAD	Grad.	H	04	06	04	-	-	-
78	PAULO ARRUDA FIGUEIREDO	Esp.	P	10	18	16	-	12	04
79	PAULO JORGE DE OLIVEIRA	Mest.	H	03	06	04	-	08	01
80	PEDRO RATES GOMES NETO	Esp.	I	13	25	-	16	08	16
81	PEDRO PAULO DE CARVALHO	Esp.	P	01	04	16	-	04	05
82	PEDRO ROBERTO G. MANCEBO	Esp.	H	06	15	08	04	-	01
83	ROGÉRIO GUTHS	Mest.	I	07	-	12	12	04	12
84	RONALDO HELFENSTEIN	Esp.	I	03	09	16	08	16	-
85	ROSICLER CARMINATO GUEDE	Esp.	I	10	16	20	16	04	-
86	RUY CARLOS FREIRE FILHO	Esp.	P	05	08	08	16	-	01
87	SANDRA APDA. SILVESTRE	Esp.	P	04	15	12	08	-	01
88	SEBASTIÃO EDILSON GOMES	Esp.	P	07	10	16	10	06	01
89	SILVIO VIANA	Esp.	P	03	15	08	12	-	01
90	SIRLEI FERREIRA LIMA GOMES	Esp.	P	10	04	08	04	08	01
91	SOLANGE DA COSTA DANTAS	Mest.	P	07	07	16	-	-	01
92	TEÓFILO LOURENÇO DE LIMA	Esp.	I	10	15	08	08	08	16
93	VALDEMAR CAMATA JUNIOR	Esp.	P	08	15	28	08	-	01
94	VALMIR MIGUEL DE SOUZA	Esp.	I	15	10	04	12	08	16
95	VITOR HUGO BITENCOURT	Mest.	I	08	17	16	08	08	08
96	VLADIMIR JOSÉ CHAGAS	Esp.	P	05	21	20	-	12	01
97	WALDEMAR RODRIGUES	Esp.	P	05	16	24	08	-	01
98	WALTER ROCHA MEIRA	Esp.	I	12	20	-	16	08	16
99	WALDIR ROBERTO VESSONI	Esp.	P	14	04	12	04	04	01
100	WILSON AMARAL SANTOS	Mest.	H	14	04	09	-	-	01
101	LETICIA PIVETTA	Mest.	P	01	-	-	-	-	30

Quanto à jornada de trabalho.

Quanto ao regime de trabalho 77,2% do corpo docente atua em tempo contínuo sendo que 37,6% do total é contratado em tempo integral, o que pode ser considerado um índice razoável em se tratando de Instituição privada.

Quanto à correspondência entre regime de tempo integral e titulação dos docentes.

Dentre os docentes em regime de tempo integral, 13,86% possuem titulação de Mestre ou Doutor. Este número é muito baixo, o ideal seria que ele fosse pelo menos de 50%. Observe-se, além disso, o único Doutor da Instituição é horista, ou seja, não atua em regime de tempo contínuo. Ressalta-se que a Instituição, através do seu Programa Institucional de Capacitação Docente, demonstra uma evolução neste sentido.

Quanto à qualificação docente, como parte do projeto de capacitação e formação continuada (PDI).

O PDI apresenta um plano de "Aperfeiçoamento Docente", através de um Programa Institucional de Capacitação Docente, que tem por objetivo proporcionar possibilidades de reciclagem, aperfeiçoamento e capacitação profissional dos docentes. Neste Programa são estabelecidas metas para os próximos 05 (cinco) anos.

Quanto ao número de alunos por turma.

A tabela anterior que fornece dados de número de vagas, demanda, matrícula, etc., apresenta também os dados relativos ao número de alunos por turma, em cada Curso.

Avaliação: Pelos comentários apresentados ao longo do item e considerando que há previsão de uma melhoria gradativa do atual perfil do corpo docente, a Comissão atribui a este item o conceito 2.

III.3) BIBLIOTECA

Quanto aos mecanismos de seleção e disponibilidade de recursos financeiros para aquisições.

A Biblioteca da Instituição tem a preocupação de manter seu acervo atualizado atendendo assim aos padrões de qualidade exigidos. Para tanto, periodicamente, é realizado um levantamento das necessidades de livros que precisam ser adquiridos.

Todos os livros adquiridos pela Biblioteca do Instituto Luterano de Ensino Superior são submetidos a mecanismos de seleção, divididos nas seguintes etapas:

- 1.^a) Cada professor faz um levantamento dos livros necessários para sua disciplina;
- 2.^a) Este levantamento é apresentado ao Coordenador do Curso que o encaminha, primeiramente à biblioteca para conferência da existência ou não dos livros no acervo;
- 3.^a) Posteriormente, o Coordenador do Curso apresenta a listagem dos livros que necessitam ser adquiridos à Direção Acadêmica, que faz uma nova análise;
- 4.^a) Por último, a Direção Geral é consultada para ver a disponibilidade de recursos financeiros para aquisição dos mesmos.

A Instituição mantém um programa de constante aquisição e atualização do acervo bibliográfico, disponibilizando semestralmente recursos financeiro para tal, como pode se ver na tabela a seguir:

TIPO		ANO X-2		ANO X-1		ANO X	
		nº adquirido	Valor R\$	Nº Adquirido	Valor R\$	nº adquirido	Valor R\$
Livros	Titulos	494	9.553,50	5.111	127.001,92	2.875	63.091,34
	Volumes	1.190	28.660,50	13.862	381.005,79	10.647	189.274,03
Periódicos		16	2.924,51	45	7.689,26	72	15.900,51
Fitas e Vídeos		122	6.100,00	50	1.050,00	119	3.043,25
TOTAL		1.822	47.238,51	19.068	516.756,97	13.713	271.309,13

Onde: X – ano anterior a entrada do pedido de transformação em Centro no MEC

Quanto à adequação dos espaços físicos.

UTILIZAÇÃO DA ÁREA	Nº	Área Total (m²)	Capacidade
Armazenamento do acervo	02	598,28	80.000 livros
Acesso a Internet/Multimídia/Informática	01	64,96	10 pessoas
Processamento técnico do acervo	01	27,93	2.000
Administração	01	27,88	X
Recepção e atendimento do usuário	01	20,25	4 pessoas/vez
Leitura em Geral	03	164,76	80 pessoas
Estudo individual	18	18,30	18 pessoas
Estudo em grupo	X	X	X

No PDI está prevista uma ampliação da área da Biblioteca dos atuais 922,36 m² para 1.447,36 m².

Quanto à disponibilidade e adequação de títulos clássicos e contemporâneos e de periódicos com assinaturas correntes.

A Biblioteca dispõe também de um bom acervo de títulos contemporâneos que contemplam as bibliografias recomendadas nas disciplinas dos diversos cursos.

Quando da visita constatou-se a existência de um bom acervo de periódicos nacionais.

Quanto ao acesso dos usuários às facilidades, recursos e materiais de apoio da tecnologia da informação, inclusive via rede interna, no país e no exterior.

FACILIDADES E RECURSOS- a informatização do acervo está em curso prevendo-se ainda pelo menos um ano de trabalho para sua conclusão.

INTERNET – a Instituição possui seu próprio provedor e por isso mesmo tem a facilidade de colocar todos os seus setores, especialmente a Biblioteca, ligados com o resto do mundo via Internet.

CONVÊNIOS COM REDES EXTERNAS – a Instituição mantém convênios com outras redes de bibliotecas externas através da ULBRA.

Quanto à política de atualização e renovação permanente da Biblioteca (PDI).

O PDI prevê o seguinte cronograma de ampliação do acervo:

TIPO DO ACERVO	ANO X-2001			ANO X+1-2002			ANO X+2-2003			ANO X+3-2004			ANO X+4-2005		
	NT	R\$	%	NT	R\$	%	NT	R\$	%	NT	R\$	%	NT	R\$	%
Livros	1400	49,0	45	4400	154,0	70	1600	56,0	45	4800	168,0	69	2000	70,0	62
Periódicos	66	14,5	13	68	15,0	07	70	15,4	12	72	15,8	07	20	4,4	04
CD-ROMs	240	36,0	33	260	39,0	17	280	42,0	33	300	45,0	18	200	30,0	26
Fitas VHS	160	4,0	03	170	4,2	02	180	4,5	04	190	4,8	02	100	2,5	02
Slides	90	4,5	04	100	5,0	02	110	5,5	04	120	6,0	02	100	5,0	04
Disquetes	110	1,0	01	120	1,2	01	130	1,3	01	140	1,4	01	100	1,0	01
Mapas	51	1,0	01	57	1,1	01	63	1,3	01	68	1,4	01	60	1,1	01
TOTAL	2110	110,0	100	2195	219,5	100	2260	126,0	100	2424	242,4	100	2140	114,0	100

Onde : X – primeiro ano de vigência do PDI;

NT - número total de títulos ou unidades a serem adquiridas;

R\$ - valor total aproximado das aquisições em mil reais;

% - percentual do valor de cada tipo de aquisição sobre o valor total do ano.

Avaliação: A Biblioteca atual com a expansão prevista no PDI atenderá bem as necessidades do Centro Universitário. Entretanto, o sistema de informatização da Biblioteca não está concluído e o acesso a redes de informação precisa ser ampliado. A Comissão atribui a este item conceito 3.

III.4) INSTALAÇÕES E LABORATÓRIOS

Quanto à existência de instalações e laboratórios adequadamente equipados para o ensino.

Os laboratórios encontram-se adequadamente equipados e instalados. A tabela a seguir detalha o espaço físico atual destinado às atividades acadêmicas da Instituição.

CAMPUS: ILES DE JI-PARANÁ			
Espaço Físico	Número	Área Total (m ²)	Capacidade
Salas de aula	56	4.562,50	50 a 65
Laboratórios multidisciplinares	18	1.260,96	35 a 80
Salas especiais	08	567,11	20 a 50
Auditórios e anfiteatros	01	298,74	400
Salas de professores	02	133,69	40
Salas de coordenação de curso	06	196,33	10
Áreas especiais		3.759,52	
Áreas administrativas		1.840,53	
Outras áreas		15.427,88	
Total		28.047,26	

Onde: Número - número de locais existentes para cada tipo;

Capacidade - quantidade de alunos e/ou professores que podem ocupar simultaneamente o espaço físico discriminado;

Salas Especiais – salas para ensino especializado (oficinas didáticas, salas com recurso multimídia ou audio-visual, salas informatizadas desvinculadas de atividades experimentais);

Áreas Especiais – estúdios, teatro, museu, galeria de arte, instalações de esporte e lazer, parque aquático, restaurante, alojamento e outras áreas especiais.

As instalações físicas de Laboratórios da Instituição são detalhadas na tabela a seguir.

Multidisciplinares

Laboratório	Área (m ²)	Capacidade	Utilização				
			Cursos		Nº de Cursos		
			G	PG	M	V	N
01 Laboratório de Informática	66,57	32	3	-	-	-	3
04 Laboratórios de Informática	251,18	152	6	1	6	6	6
01 Laboratório de Ensino Religioso	52,38	10	6	-	-	6	6
01 Fórum Modelo	116,22	60	1	1	-	1	1
01 Laboratório de Hardware	62,95	40	1	-	-	1	1
01 Laboratório de Sementes	188,85	20	1	-	1	1	1
01 Laboratório de Água e Solos	55,38	20	1	-	1	1	1
01 Laboratório de Química Agrícola	62,95	20	1	-	1	1	1
01 Laboratório de Fitossanidade	117,55	20	1	-	1	1	1
01 Laboratório de Biologia	62,95	20	1	-	1	1	1
01 Empresa Júnior	31,47	15	2	-	2	2	2
01 Laboratório de Criminologia	67,71	40	1	1	-	1	1
01 Laboratório de Pedagogia	68,33	40	1	1	-	1	1
01 Núcleo de Estudos Organizacionais do Município	31,47	15	1	1	1	1	1
01 Centro de Estudos Jurídicos	25,00	11	1	-	-	1	1
Total	1.260,96						
01 Campo Experimental	236ha		1	-	1	1	1

Onde:

ÁREA – tamanho de laboratório em m²;

CAPACIDADE – capacidade do laboratório em alunos/turma;

CURSOS – número de cursos de graduação e pós-graduação que utilizam o laboratório;

TURMAS – número médio de turmas por turno, que utilizaram o laboratório no ano anterior ao da entrada do pedido de transformação em Centro no MEC;

De informática

Descrição	Graduação			Pós-Graduação			Total		
	RI	RL	I	RI	RL	I	RI	RL	I
Servidores	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pentium II	2	-	-	-	-	-	2	-	-
Estações de Trabalho	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Até 486	17	-	-	-	-	-	17	-	-
Pentium I ou similar	55	-	-	17	-	-	72	-	-
Acima de Pentium I ou similar	6	-	-	-	-	-	6	-	-
Sub-Total	79	-	-	17	-	-	97	-	-
Total	79			17			97		

Onde: RI – micro conectado à rede institucional;

RL – micro conectado somente a rede local;

I – micro isolado.

Quanto à disponibilidade de microcomputadores para atividades de ensino, aplicativos e acesso às redes como recursos de aprendizagem.

A Instituição já atingiu um nível satisfatório de qualidade na utilização da informática, pela quantidade e modernidade dos equipamentos. A Instituição possui também o seu próprio servidor de Internet ao qual está conectada toda a rede interna.

Quanto à política de atualização, expansão e renovação permanente dos recursos da tecnologia da informação e da infra-estrutura de ensino (PDI).

No sentido de possibilitar a permanente atualização dos equipamentos e das redes, além de utilizar a informatização de todos os setores das Faculdades, foram previstos no PDI, para os próximos 5 anos, recursos para a atualização tecnológica.

Quanto ao local de trabalho adequado para os docentes.

Existe 1 sala dedicada exclusivamente aos docentes. A maioria dos docentes em Tempo Integral ocupam cargos administrativos na Instituição e, portanto, dispõem de sala própria.

Quanto à existência de espaço físico adequado e de instalações para a realização do trabalho docente fora da sala de aula.

O trabalho docente fora da sala de aula é executado na próprias salas dos docentes em tempo integral e, para aqueles em tempo parcial, na sala coletiva de professores.

Quanto às facilidades para o corpo docente freqüentar os laboratórios de informática e ter acesso às redes de dados.

As salas dos docentes são equipadas com microcomputadores, conectados à rede interna, e os laboratórios de informática também são acessíveis ao corpo docente.

Avaliação: As instalações e os laboratórios atuais são razoáveis e o PDI prevê a expansão de acordo com as necessidades criadas pelos novos cursos a serem implantados. O conceito atribuído pela Comissão é 3.

III.5) ATIVIDADES DE EXTENSÃO E PRÁTICAS DE INVESTIGAÇÃO

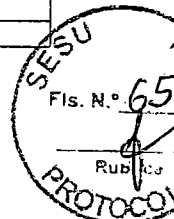
Quanto à participação dos alunos em práticas articuladas às áreas dos cursos oferecidos.

A ILES possui programas, devidamente institucionalizados, de extensão, de iniciação científica e de práticas profissionais.

Quanto aos planos e recursos para a melhoria das atividades de extensão (PDI) e de investigação.

Extensão

Tem como órgão responsável pelos serviços extensionistas a Coordenadoria de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão, que está subordinada à Diretoria Acadêmica. É o órgão



13

coordenador de todas as atividades de extensão na Instituição, entendendo-se que a elaboração e execução das atividades é de competência dos departamentos, com a participação obrigatória dos alunos. Para tanto, cada Curso, com vista a auxiliar no desenvolvimento das atividades, conta com uma coordenação de extensão própria, que atuam de forma interdisciplinar. São competências da Coordenadoria de Extensão assessorar a execução de Projetos; encaminhar os ante-projetos para análise e emissão de pareceres pelos setores competentes; promover convênios necessários à execução dos projetos; buscar recursos financeiros para as atividades extensionistas; divulgar as atividades e projetos de extensão na comunidade acadêmica e local; alocar os recursos financeiros liberados para os projetos de extensão e, dentre outras incumbências, analisar e avaliar em primeira instância os projetos de extensão segundo critérios definidos pelo conselho departamental.

O envolvimento do corpo docente e discente em ações extensionistas ocorre em decorrência do processo ensino-aprendizagem, uma vez que a extensão universitária implica no envolvimento da universidade com a sociedade na qual se insere. O faz de forma a atender necessidades da comunidade, disseminando informações que possam, de alguma maneira, interferir no seu cotidiano, e com vista a complementar o processo pedagógico, uma vez que ao levar à sociedade o conhecimento teórico trabalhado em sala de aula de maneira prática, possibilita vivenciar situações que farão parte do futuro cotidiano do profissional, então aluno dos cursos de graduação oferecidos. Para os docentes que se envolvem em atividades de extensão, há a destinação de horas trabalho remuneradas, proporcional a atividade desenvolvida, enquanto aos acadêmicos, procuram enquadrá-los na condição de bolsistas e/ou estagiários.

Atividades Realizadas

ANO	ATIVIDADE	Natureza	DOCENTES ENVOLVIDOS	DISCENTES ENVOLVIDOS
1998	Empresa Júnior da ULBRA	Permanente	6	40
	Serviço de Assistência Gratuita da ULBRA	Permanente	12	120
	Universidade para a 3ª Idade	Permanente	05	02
	Laboratórios de Solo, Sementes e Água	Permanente	01	12
	Laboratórios de Informática	Permanente	04	80
	Palestras proferidas pelo órgão de classe - CRC - RO	Conferência	01	-
	Curso Toobook II	Curso	01	15
	Semana Acadêmica/98	Evento	15	326
	Simpósio Jurídico	Evento	05	100
	Semana de estudos jurídicos	Evento	03	250
	Implantação do projeto de alfabetização na Terceira Idade.	Programa	02	25
	Realização de uma oficinas de tapeçaria..	Curso	02	15
	Execução do ciclo de palestras "Uma nova postura para bem viver a 3ª idade"	Evento	04	50
	Oficina literária na Terceira Idade.	Curso	02	20
	Excursão a Porto Velho para participar das comemorações da semana do idoso promovida pelo SESC da capital..	Evento	03	47
	Participação do I Congresso Nacional de Gerontologia em Porto Alegre	Evento	01	-
	Participação do 2º Fórum Estadual do Idoso realizado no Auditório do Tribunal Regional do Trabalho	Evento	02	-
	Oficina de textos	Curso	02	10
	Palestra sobre "O corpo fala. Estamos atentos a sua fala?"	Conferência	02	55
	Primeira jornada sobre metodologia de ensino e pesquisa do curso de Administração" para os professores	Evento	03	20
	Seminário voltado aos acadêmicos sobre a realidade do mercado de trabalho	Evento	02	45
	Dia de Campo de Agronomia	Evento	12	450
	Dias de campo promovidos em parceria com a EMATER. EMBRAPA, Secretarias Municipal e Estadual de Agricultura	Evento	08	280
	Seminário Modelos de Agricultura Itinerante	Evento	04	86
	Seminário sobre a implantação da cultura do soja em Rondônia, em parceria com a EMBRAPA e EMATER	Evento	03	80

	Seminário sobre Agricultura na Amazônia, objetivando discutir a prática agrícola regional	Evento	02	80
	Seminários de portas abertas para discutir a educação promovidos pelas turmas do curso de Pedagogia.	Evento	03	47
	Conferência com o tema Qualidade Total - Sociedade Globalizada e a era da Informação	Conferência	02	80
	Conferência nominada "A Formação do professor"	Conferência	02	97
	Conferência sobre a EMBRATEL e seu papel nas telecomunicações	Conferência	01	47
	Encontro de atualização pedagógica promovido pelo NAP	Evento	02	83
	Curso de Extensão sobre Toobook II- Instructor	Curso	02	23
	Seminário com o tema O Sucesso Gerencial através da Contabilidade	Evento	03	37
	Curso sobre manuseio da calculadora financeira HP-12	Curso	02	32
	Seminário sobre Febre Aftosa na Economia de Rondônia	Evento	02	33
	I Salão de Iniciação Científica	Evento	05	128
	Seminário de Resíduos Sólidos de Rondônia	Evento	04	43
	Semana de Estudos Acadêmicos	Evento	20	1.211
	Oficinas ministradas por professores da casa, abordando assuntos diversos relacionados aos cursos oferecidos pelo ILES	Cursos	13	397
	Curso sobre "Novo paradigma de ensino e aprendizagem"	Curso	03	74
	Palestra para alunos e professores do ILES/CEDUSP sobre "Novo Paradigma de Ensino e Aprendizagem"	Conferência	02	38
	Seminário sobre a temática "A trabalhadora rural e seus direitos sociais"	Evento	03	93
	Palestras Técnicas em Agronomia sobre: A importância da Febre Aftosa na economia do Estado de Rondônia	Conferência	02	32
	Curso de Análise e interpretação do Solo	Curso	01	16
	Programa de Atualização Pedagógica do Ensino Superior para professores	Curso	50	-
	I Encontro da Família com reflexão sobre o tema "Nossa família pode melhorar"	Evento	01	26
	Palestra sobre Interdisciplinaridade em Sala de Aula	Conferência	01	12
	Seminário para o curso de Pedagogia sobre a Sociologia da Educação	Evento	03	46
	Seminário para o curso de Pedagogia sobre a História da Educação: Condicionantes Sócio-Políticos da Educação Brasileira. Ser Professor...Produção Histórica.	Evento	03	63
	Jogo amistoso de handebol entre CEDUSP x Gonçalves Dias	Evento	03	12
	Jogo amistoso de voleibol feminino entre CEDUSP x Gonçalves Dias	Evento	03	21
	Jogo Amistoso de voleibol masculino/feminino entre CEDUSP x Júlio Guerra	Evento	03	11
	Palestras Planejamento e Avaliação no Ensino Superior: Plano de aula.	Conferência	02	24
	Natal em Luz	Evento	12	1000
1997	Empresa Júnior da ULBRA	Permanente	04	12
	Serviço de Assistência Gratuita da ULBRA	Permanente	08	120
	Universidade para a 3ª Idade	Permanente	03	50
	Laboratórios de Solo. Sementes e Água	Permanente	02	40
	Laboratórios de Informática	Permanente	04	60
	Cursos sobre a linguagem Delphi	Evento	01	40
1996	Empresa Júnior da ULBRA	Permanente	02	30
	Serviço de Assistência Gratuita da ULBRA	Permanente	04	80
	Laboratórios de Solo. Sementes e Água	Permanente	01	30
	Laboratórios de Informática	Permanente	02	27
	Semana Acadêmica/96	Evento	08	1.116
	Semana de Estudos Jurídicos/96	Evento	03	226
	Curso de Psicologia e Educação do Adulto	Curso	02	12
	Curso de Relações Interpessoais na Educação	Curso	02	13

Onde: X – ano anterior ao da entrada do pedido de transformação em Centro no MEC.
Natureza - Projeto, curso, etc.

Docentes e discentes envolvidos – aqueles envolvidos na execução da atividade

Atividades em Andamento

ANO	ATIVIDADE	Natureza	DOCENTES ENVOLVIDOS	DISCENTES ENVOLVIDOS
2000	Empresa Júnior da ULBRA	Permanente	08	90
	Serviço de Assistência Gratuita da ULBRA	Permanente	12	240
	Empresa Júnior de Informática	Permanente	03	60
	Universidade para a 3ª Idade	Permanente	03	60
	Laboratórios de Solo, Sementes e Água	Permanente	02	60
	Laboratórios de Informática	Permanente	02	60
	Laboratório de Orientação Educacional	Permanente	03	90
	Feira das Profissões	Permanente	08	-
	Núcleo de Estudos de Organizações e do Desenvolvimento Municipal	Permanente	03	04
	Centro de Documentação regional	Permanente	02	04
	Alfabetização de adultos	Permanente	03	03
	Pedagogia Social	Permanente	02	02
	Centro de Preparação de Monitorias em Educação	Permanente	08	06
	II Congresso Científico	Evento	12	04*
	III Salão de Iniciação Científica	Evento	12	02*
	Oficinas de Elaboração de Projetos de Pesquisa em Educação	Curso	02	40
	Oficinas de Elaboração de Projetos de Pesquisa em Administração	Curso	01	30
	Oficinas de Elaboração de Projetos de Pesquisa em Contabilidade	Curso	02	45

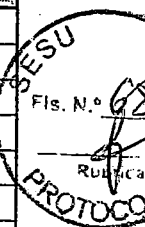
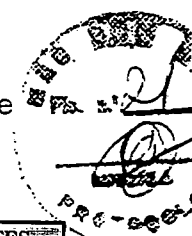
Pesquisa

A Instituição assume como objetivos da Pesquisa: Proporcionar ao corpo discente a formação e a vivência de uma mentalidade científica; Possibilitar, aos alunos da graduação, formação e experiências em pesquisa, mediante a descoberta e a construção de novos conhecimentos no relacionamento com docentes-pesquisadores; Desenvolver, em docentes e discentes, a capacidade de criar e renovar a metodologia visando a novas tecnologias; Proporcionar, ao corpo docente, a descoberta e a construção de novos conhecimentos, visando a uma sempre maior especialização para alcançar o domínio de um determinado tema de fronteira; Promover a interação Universidade-Empresa mediante programas conjuntos de desenvolvimento de projetos, visando ao desenvolvimento do homem e da região; e Disseminar resultados e benefícios mediante um processo dinâmico de aprendizagem mútua e de real absorção do produto gerado, em ambos os lados, da Universidade e da Comunidade.

Adota as seguintes formas: Pesquisa como atividade de Iniciação Científica junto ao aluno de graduação; Pesquisa com vistas à elaboração de teses, dissertações e monografias, para capacitação docente; Pesquisa vinculada à ação pedagógica institucional; Pesquisa voltada ao atendimento de "problemas" da comunidade: educação, cultura e a problemática urbana; etc;

Pesquisa visando ao desenvolvimento dos setores madeireiro, agropecuário; A pesquisa no ILES desenvolve-se a partir das seguintes diretrizes: a) Programas de Iniciação Científica e Tecnológica – PROICT; b) Aperfeiçoamento Científico e Tecnológico – PROACT; c) Programa Pesquisa Científica e Tecnológica - PROPECT; d) Programa de Produtividade com Qualidade em Pesquisa PROQUAL.

Os projetos de pesquisa em andamento estão sendo financiados pela Instituição. Parte dos projetos, por órgãos e/ou empresas privadas, firmados através de convênios e por iniciativas individuais dos docentes/discentes. A Instituição, através do Programa de Fomento Pesquisa, procura dar o suporte financeiro para gastos com a infra-estrutura e recursos humanos previstos em cada projeto, estando os investimentos direcionados para aparelhamento dos laboratórios e informatização, aumento do acervo da biblioteca, com obras específicas para pesquisadores e,



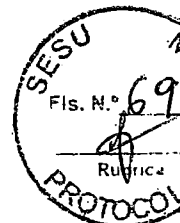
finalmente, com a contratação de horas-pesquisa de professores, cujos projetos foram aprovados, acrescidos de gastos como viagens e alimentação e bolsas, destinadas aos alunos. A partir de 1997, os investimentos foram voltados também para a informatização dos serviços da Biblioteca para estabelecimento de interligação com as redes de informação: BIREME, COMUT, ORBIT, RENPAQ e EMBRATEL; e auxílio aos docentes quanto a publicação da sua produção científica através da Editora da ULBRA.

Entre os programas de fomento, merece destaque o de iniciação científica, destinado a alunos matriculados em cursos de graduação, e tem por objetivo, a iniciação do mesmo na produção de conhecimento e sua convivência contínua com o procedimento científico em suas técnicas, organização e métodos. Quanto ao financiamento das atividades de fomento, além de recursos diversos que podem provir do trabalho de parcerias, a Universidade assegura a alocação dos recursos orçamentários destinados ao desenvolvimento dos projetos de pesquisa.

A Coordenadoria de pesquisa é ligada à Diretoria Acadêmica, sendo o órgão responsável pelo planejamento, execução e controle das atividades relativas à pesquisa na Instituição.

Pesquisas em Andamento

ATIVIDADES/PROJETOS	DOCENTES ENVOLVIDOS	DISCENTES ENVOLVIDOS
Mercosul – solução de controvérsias No âmbito do Direito tributário	01	01
Método alternativo para se determinar a erosão do solo em diversos sistemas de manejo	01	01
Regime térmico na superfície de um solo sob diferentes coberturas vegetais	01	01
Biologia e patogenicidade de isolados de Crinipellis perniciosa de diferentes hospedeiros do Estado de Rondônia	01	01
Gestão governamental: os controles internos e externos e o reflexo nos gastos públicos	01	02
A Proteção dos Direitos Fundamentais no Âmbito do Mercosul	01	01
Infra-estrutura e avaliação de propostas para alteração dos protocolos TCP/IP em redes móveis	01	02
Formulário Técnico Agropecuario para Rondônia	01	02
Diagnóstico da cadeia do leite e derivados	01	01
Caracterização físico-hídrica dos solos para fins de irrigação no município de Ji-Paraná	01	01
Sistema Intercultivo Cacau-Côco	04	03
Avaliação da Qualidade do leite bovino no município de Ji-Paraná	02	01
Ji-Paraná em dados	02	02
Estratégia de mudança organizacional: o caso de empresas do setor madeireiro de Ji-Paraná	03	01
A Trabalhadora Rural e o Direito a Previdência	01	01
Sistema de manejo integrado da broca-do-café e m Rondônia	01	01
As normas jurídicas internacionais e o ordenamento jurídico brasileiro: evolução histórica e regime atual e propostas de adequação ante a nova realidade do Mercosul	01	-
A Reforma Administrativa do Estado e a Estabilidade do Servidor Público no Brasil	01	-
Livre circulação de pessoas e livre prestação de serviços dos profissionais não assalariados (independentes) no processo de integração do mercosul	01	-
Direito Autoral intelectual protegido na área do Mercosul	01	-
Valoração da prova de seletividade universitária na ULBRA – Campus de Ji-Paraná, e sua capacidade predadora do rendimento acadêmico universitário.	01	-
Identificação de VOCs emitidos por florestas na região Amazônica	01	-
Identificação de VOCs em áreas desmatadas da região Amazônica	01	-



Quanto à incorporação de atividades de investigação como parte integrante dos cursos de graduação.

Estas atividades estão incorporadas aos cursos de graduação em trabalhos de iniciação científica e de conclusão de curso (TCC).

Avaliação: Para este item a Comissão atribui o conceito 3.

III.6) CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO (STRICTO E LATO SENSU)

Quanto à experiência acumulada em cursos de especialização.

A experiência da Instituição no oferecimento de cursos de Especialização é a seguinte:

ANO	CURSO	CARGA HORÁRIA	CONV.	INS-GRITOS	CONCLU-INTES	BOL-SISTAS	CORPO DOCENTE	
							TOTAL	DA IES
1999/1	Direito de Família e Sucessões	390	01	19	EA	01*	11	04
1999/1	Administração e Planejamento para Docentes	360	01	18	EA	02*	10	03
1999/2	Gestão Financeira	360	01	20	EA*	02	10	03
1998/1	Direito de Família e Sucessões	390	01	16	EA	03*	11	05
1998/1	Administração e Planejamento para Docentes	360	01	11	11	07*	10	03
1998/1	Psicopedagogia	360	01	30	30	-	-	-
1998/1	Direito Processual Civil	360	01	47	43	-	-	-
1998/1	Direito de Família e Sucessões	390	01	30	EA	01*	11	05
1998/1	Administração Gerencial	360	01	45	44	-	-	-
1997/2	Psicopedagogia	360	01	30	26	-	-	-
1997/2	Direito Processual Penal	360	01	35	33	-	-	-
1996/2	Administração e Planejamento para Docentes	360	01	40	35	21*	10	01

EA – Cursos em andamento - * - Bolsa parcial

Quanto aos planos e recursos para a melhoria dos cursos de especialização.

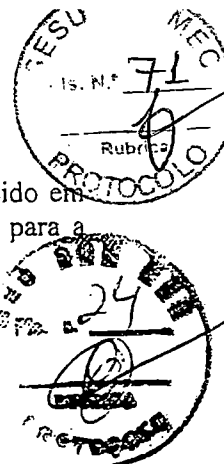
A Instituição prevê no PDI recursos para desenvolver os seguintes cursos de especialização:

CURSOS	ANO X 2001 -		ANO X+1 - 02 -		ANO X+2 - 03 -		ANO X+3 - 04 -		ANO X+4 - 05 -	
	AL	CH	AL	CH	AL	CH	AL	CH	AL	CH
AREA I										
Administração Educacional	30	360	-	-	-	-	30	360	-	-
Estrutura da Língua Portuguesa	-	-	-	-	-	-	-	-	25	360
Investigação Científica	30	360	-	-	-	-	-	-	-	-
Psicopedagogia e Interdisciplinaridade	-	-	-	-	25	360	-	-	-	-
Educação Matemática	-	-	30	360	-	-	-	-	-	-
Subtotal	60	720	30	360	25	360	30	360	25	360
AREA II										
Administração Hospitalar	-	-	-	-	-	-	25	360	-	-
Estratégia Empresarial	-	-	25	360	-	-	-	-	-	-
Gerenciamento Ambiental	-	-	-	-	-	-	25	360	-	-
Gestão de Segurança e Saúde do Trabalho	-	-	-	-	25	360	-	-	25	360
Informática para Aplicações Empresariais	-	-	-	-	25	360	-	-	25	360
Tecnologia do Processamento Agro-industrial	-	-	30	360	-	-	-	-	-	-
Auditoria e controladoria	-	-	-	-	-	-	30	360	-	-
Contabilidade de custos	-	-	-	-	-	-	-	-	30	360
Gestão Financeira	25	360	-	-	-	-	25	360	-	-
Subtotal	25	360	55	720	50	720	105	1440	80	1080
AREA III										
Direito Público	-	-	-	-	30	360	-	-	30	360
Direito do Trabalho	-	-	35	360	35	360	-	-	35	360
Direito de Família e Sucessões	25	360	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	25	360	35	360	65	720			65	720
Total	110	1440	120	1440	140	1800	135	1800	170	2160

Onde: X – primeiro ano de vigência do PDI;

AL – número de alunos matriculados, conforme as vagas e o número de turmas oferecido em cada curso, considerando os percentuais previstos para vagas ofertadas e não preenchidas e para a evasão;

CH – carga horária didática total a ser ministrada.



Quanto à existência de cursos de Pós-Graduação stricto sensu reconhecidos.

A Instituição não oferece cursos de Pós-Graduação stricto sensu.

Avaliação: A pós-graduação precisa ainda sofrer melhorias significativas no contexto do Centro Universitário. Para este item a Comissão atribui o conceito 2.

III.7) ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL

Quanto à definição da estrutura organizacional deliberativa e executiva em organograma que expresse as competências e os níveis de subordinação, tanto para os Órgãos Colegiados como para os Dirigentes, desde o superior até os das Unidades Acadêmicas e Administrativas.

O organograma apresentado na página 16 do Estatuto define a estrutura organizacional da Instituição.

Quanto à participação dos docentes nos Órgãos Colegiados.

Os docentes participam através de representantes eleitos, tanto do Conselho Superior quanto do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, com direito a voz e voto em ambos. Além disso, são parte integrante dos Conselhos de Curso através de representantes eleitos.

Quanto à participação do corpo docente na elaboração do projeto pedagógico dos cursos ministrados e da instituição.

A Instituição desenvolve um trabalho intenso junto ao Corpo Docente no sentido de envolvê-lo nos Projetos Pedagógicos dos Cursos. Durante os dois últimos anos procurou-se aperfeiçoar o Projeto Pedagógico, atualizando-o e reforçando sua ligação com os objetivos da missão da Instituição bem como adequando-o sempre mais às necessidades contemporâneas e às exigências do objetivo maior de perseguir a excelência no campo do ensino.

A participação dos docentes no Projeto Pedagógico ocorre, através do Núcleo de Apoio Pedagógico que oferece formação pedagógica sistemática aos professores de todos os cursos através de seminários realizados duas vezes por ano e conferências e palestras mensais.

Avaliação: As alterações realizadas em relação à proposta inicial de Estatuto atenuaram bastante os problemas existentes no projeto no que se refere à implementação da autonomia do Centro Universitário em relação à mantenedora e foram contempladas as representações dos corpos docente e discente nos órgãos colegiados superiores e acadêmicos. O conceito que a Comissão atribui a este item é 3.

AValiação dos Itens

ITENS	CONCEITO
III.1) CURSO DE GRADUAÇÃO	3
III.2) CORPO DOCENTE	2
III.3) BIBLIOTECA	3
III.4) INSTALAÇÕES E LABORATÓRIOS	3
III.5) ATIVIDADES DE EXTENSÃO E PRÁTICAS DE INVESTIGAÇÃO	3
III.6) CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO	2
III.7) ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL	3
CONCEITO FINAL	2,7

PARECER FINAL

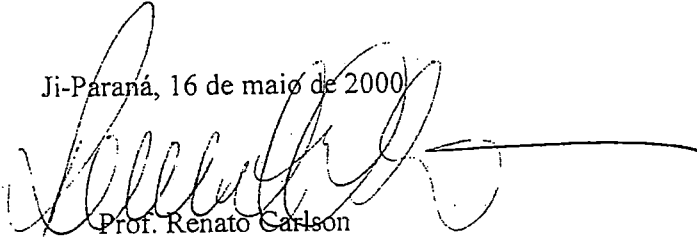
A Comissão em visita ao Instituto Luterano de Ensino Superior – ILES, no período de 27 e 28 de março e 16 de maio de 2000, desenvolveu o processo de avaliação com base no projeto de transformação em Centro Universitário, na análise de toda a documentação complementar fornecida pela Instituição, na verificação “in loco” da infra-estrutura física e de laboratórios, nas instalações e no acervo da Biblioteca e também na estrutura organizacional da Instituição.

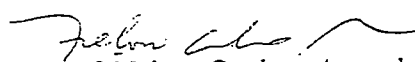
Com base no atendimento das pré-condições de credenciamento, na análise detalhada de cada item de avaliação e do conceito atribuído a cada um destes itens que resultou no conceito final 2,7 (dois vírgula sete) a Comissão RECOMENDA a transformação do Instituto Luterano de Ensino Superior em Centro Universitário a ser denominado Centro Universitário Luterano de Ji-Paraná.

A Comissão vê como um aspecto muito positivo o pioneirismo da Instituição, única Instituição de ensino superior instalada em Ji-Paraná, que contribuirá decisivamente para o desenvolvimento da região.

Comissão Avaliadora:

Ji-Paraná, 16 de maio de 2000


 Prof. Renato Carlson
 Universidade Federal de Santa Catarina


 Prof. Nelson Cardoso Amaral
 Universidade Federal de Goiás